



**Caderno de RESUMOS das
MONOGRAFIAS de bacharelado e
PROGRAMAÇÃO das apresentações**

**Primeiro Semestre de 2011
Curso de Graduação em História**

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 1

Segunda-feira, 27 de junho de 2011

Das 13:30 às 15:30 horas – Anfiteatro 600

Examinadores:

Prof.^a Marcella Lopes Guimarães

Prof.^a Martha Daisson Hameister

Prof.^a Maria Luiza Andreazza (suplente)

GALA PLACÍDIA, A IMAGEM DE UM PENHOR ESPECIAL

Aluna: Rafaela do Rocio Gomes de Abreu

Orientador: Prof. Renan Friguetto

A MONARQUIA ARAGONESA E OS INIMIGOS DA CRISTANDADE: DUAS IMAGENS DA ATUAÇÃO DE PEDRO II DE ARAGÃO NAS CRÔNICAS MEDIEVAIS

Aluna: Camila Dabrowski de Araújo Mendonça

Orientadora: Prof.^a Fátima Regina Fernandes

CULTURA MATERIAL E ICONOGRAFIA: UM ESTUDO DAS ÂNFORAS GREGAS DO FESTIVAL DAS PANATENEIAS

Aluna: Camilla Miranda Martins

Orientadora: Prof.^a Renata Senna Garraffoni

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 2

Segunda-feira, 27 de junho de 2011

Das 15:30 às 17:30 horas – Anfiteatro 600

Examinadores:

Prof.^a Joseli Mendonça

Prof.^a Ana Paula Vosne Martins

Prof.^a Renata Senna Garraffoni (suplente)

AMERÍNDIOS NA EUROPA: A POSSE DE TERRITÓRIOS E INDIVÍDUOS NO SÉCULO XVI

Aluna: Ana Claudia Magalhães Pitol

Orientadora: Prof.^a Andréa Doré

RELACÕES DE COMPADRIO E FAMÍLIA ESCRAVA EM GUARAPUAVA (1842-1863)

Aluno: Alisson dos Santos

Orientadora: Prof.^a Martha Daisson Hameister

JOSÉ FERNANDES LOUREIRO: UM IMIGRANTE PORTUGUÊS EM CURITIBA (1860-1908)

Aluna: Milena Woitovicz Cardoso

Orientadora: Prof.^a Roseli Boschilia

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 3

Terça-feira, 28 de junho de 2011

Das 13:30 às 15:30 horas – Anfiteatro 600

Examinadores

Prof. Pedro Plaza Pinto

Prof. Rodrigo Rodriguez Tavares

Prof.^a Karina Kosicki Bellotti (suplente)

O CASAMENTO SEGUNDO O TEATRO DE CORDEL EM PORTUGAL (1783-1794)

Aluna: Elizabeth Pereira Alves da Fonseca

Orientador: Prof. Magnus Roberto de Mello Pereira

OS RETRATÁVEIS DO SAMBA E DE PÉRSIO DE MORAES: ANÁLISE DE ELEMENTOS LIGADOS AO SAMBA A PARTIR DAS CRÔNICAS DA REVISTA DA MÚSICA POPULAR (1954-56)

Aluna: Tauane Bevilacqua Mendonça

Orientador: Prof. José Roberto Braga Portella

Co-orientadora: Ana Paula Peters Portella

BLADE RUNNER E A CRISE DA MODERNIDADE: ANÁLISE FÍLMICA E INTERPRETAÇÃO

Aluno: Felipe Cavalcante Marcelo

Orientador: Prof. Dennison de Oliveira

UMA REVISITA À GUARAQUEÇABA, MAR E MATO À LUZ DA HISTÓRIA E CULTURA DA ALIMENTAÇÃO

Aluna: Kellen Smak

Orientador: Prof. Carlos Roberto Antunes dos Santos

Banca 1

Resumos

GALA PLACÍDIA, A IMAGEM DE UM PENHOR ESPECIAL

Aluna: Rafaela do Rocio Gomes de Abreu

Orientador: Prof. Renan Friguetto

Palavras-chave: Gala Placídia, imagem, Império Romano

A pesquisa proposta neste trabalho visa analisar a imagem da imperatriz Gala Placídia, entre seus contemporâneos. Placídia viveu do final do século IV até a metade do século V, era neta de Valentiniano I, filha de Teodósio, o Grande, e meia-irmã do imperador Honório. Casou-se com Ataúfo e assim tornou-se rainha dos visigodos, posteriormente selou matrimônio com o imperador romano Constâncio, e desta união gerou dois filhos, o imperador Valentiniano III, e Honória. Durante a mocidade foi efetivamente imperatriz de Roma, por direito próprio como uma Augusta oficial. Quando da morte de seu marido Constâncio e posteriormente de seu irmão Honório controlou a política do Império Romano do Ocidente em nome de seu filho Valentiniano III, que fora imperador aos seis anos. A fascinante Augusta possuía ligações mais do que evidente com a política do Império por pertencer a casa teodosiana, mas, além disso, sua imagem representou características distintas entre seus contemporâneos godos ou romanos. Os diferentes conceitos que emanavam da figura de Placídia ultrapassavam o fato de sua vida singular – agitada- para uma princesa, visto que viveu em um período de profundas mudanças estruturais na política do Império Romano Ocidental- ora representou o prestígio romano e ora simbolizou a possibilidade salvação dos romanos.

Em muitos aspectos, a vida de Gala Placídia pode parecer tomar um papel secundário na história imperial, no entanto uma análise mais profunda permite deslumbrar o quão intrínseco a sua figura estava nos acontecimentos do início do século V. Quando o Império passava por dificuldades para se defender, Placídia fora uma das vítimas e permaneceu como cativa dos bárbaros. No momento em que a presença goda era clara, e muitas vezes necessária dentro do Império Ocidental, o casamento entre Gala Placídia e Ataúfo, o rei dos visigodos, representou a enfraquecimento do corte de Ravena¹, assim como o fortalecimento do elemento bárbaro na tão “civilizada” Roma. Muitos romanos viram neste casamento a possibilidade paz. O destino de Gala Placídia acompanhou os infortúnios do Império, e assim como alguns romanos soube aproveitar da ligação com os visigodos e conseguiu um grupo de súditos fiéis dentre os bárbaros.

No decorrer de sua vida, Gala Placídia, ficou noiva de Euquério, casou-se com um rei godo, Ataúfo, e após a morte deste, uniu-se ao *comes* romano, Constâncio. Quando se achava que a calma iria perpetua em seus dias, Placídia tomou o poder em suas mãos e teve como grande rival um de seus próprios líderes militares, Aécio. Em uma pesquisa mais atenta é possível perceber que Placídia não foi somente um elemento importante na corte teodosiana, mas que sua vida foi a própria representação dos dias conturbados que antecederam a fraguimentação política do Império Romano Ocidental. Como veremos, Placídia representou muitos aspectos da sociedade em que viveu, para Ataúfo representou a obtenção do nome romano e de todo o prestígio que ele carregava. Alguns romanos, como Orósio, viam na Imperatriz uma possibilidade de paz e o fortalecimento do Império, visto que está se uniu a um rei bárbaro bastante poderoso. A imagem da Augusta pode ser contraditória, pois se por uma perspectiva era uma fiel devota dos preceitos da religião e em nome da religiosidade realizou bem feitorias, por outra vivenciou o desmantelamento do seu próprio Império. De qualquer forma sua vida foi singular ou pelo menos atípica, Gala Placídia nasceu no Oriente, foi educada em Roma, viajou com os godos, ficou junto

¹ Honório e sua corte mudaram-se para Ravena, em meados de 402, que se tornou a capital do Império Romano do Ocidente.

da corte em Ravena, foi banida para Constantinopla, voltou para Ravena, e por fim faleceu em Roma em 450.

Com base na pequena exposição acima, a pesquisa proposta neste trabalho visa estudar a imagem de Gala Placídia entre seus contemporâneos, assim como a influência que as manobras políticas de seu pai, o imperador Teodósio I (379-395) e seu irmão Honório tiveram sob a representação da Augusta. Por meio da análise das fontes pretende-se rever a história do então conturbado Império, com o objetivo de averiguar a imagem de Gala Placídia, hora como filha, hora como irmã, ou ainda como esposa no cenário político no início do século V. Nosso estudo pretende analisar a imagem da Augusta até o seu casamento com Ataúfo, por entender que os relatos nas fontes são em maior quantidade até este período e por nos permitir estabelecer a representação de Placídia.

Para investigar a imagem que Gala Placídia passava para aqueles que viveram em seu tempo, foram utilizadas duas fontes de autores distintos. A primeira obra foi “História contra os pagãos” de Paulo Orósio; e a outra obra foi “Nova História” de Zósimo. Ao contrário de outras figuras históricas, Placídia não produziu nenhuma obra escrita, tão pouco foi tema principal de alguma obra de seus contemporâneos, daí a dificuldade de realizar um estudo sobre sua imagem e sobre sua vida de uma forma geral. Cada um a seu modo, tanto Zósimo como Orósio, tratam da História de Roma, enfatizando as dificuldades enfrentadas durante a Antiguidade Tardia- tais como as invasões bárbaras- sendo assim os relatos sobre Placídia são parcos. Orósio, por exemplo, ao tratar de Estilício, do saque a Roma, e de Ataúfo, menciona indiretamente algumas características de Placídia. Outro empecilho respectivo as fontes é que esses relatos em sua maioria referem-se até o período em que a Augusta estava casada com Ataúfo, excluindo um importante momento de sua vida em que esteve no comando do poder como representante do seu filho o jovem imperador Valentiniano III. E embora seja possível fazer frente a este problema através do estudo de outros autores e até fontes de outra natureza, como objetos arqueológicos², esta pesquisa optou por um recorte cronológico que se limita a estudar a vida de Placídia até seu casamento com Ataúfo. Este limite cronológico deriva do maior número de relatos a respeito da Imperatriz nas fontes até seu primeiro matrimônio e também por responder os objetivos deste trabalho.

Como qualquer obra que possa servir como fonte histórica sua produção esta impregnada de tendências concernentes a vivência do autor, dando um enfoque e uma qualificação de valores muito própria ao período e contexto que foi produzida. Tendo este fator em mente, um comentário sobre os autores se faz necessário para uma análise crítica dos relatos.

Quanto a biografia de Zósimo a grande parte das informações são oriundas da sua própria obra “Nova História”, são dados sempre indiretos e deduzidos já que o autor não fala nunca de suas circunstâncias biográficas. Os acontecimentos narrados na obra “Nova História” são por tanto da época em que Zósimo viveu, e está firmemente marcada por uma cronologia através dos eventos. É provável que a obra tenha sido terminada no final do século V. Zósimo foi um historiador de língua grega atuante entre o final do século V e o início do século VI em Constantinopla. Sua descrição desta cidade é muito cuidadosa e minuciosa³, dando alguns indícios que sua origem seja de lá, mas não se sabe ao certo as datas de nascimentos e de morte. Por meio da obra se deduz que o autor havia estudado

² Como o quadro de Gala Placídia com Honória e Valentiniano III e uma moeda cunhada com o rosto de Placídia que data entre os anos de 425 a 435.

³ ZÓSIMO. *Nueva Historia*. Madrid. Introducción traducción y notas de José Maria Candau Morón. Editorial Gregos, S.A., 1992. Livro II. Capítulo 30.

Heródoto, Tucídides, Eurípedes, Jenofonte e Demóstenes e, portanto possuía uma formação retórica. Zósimo exerceu a função de *advocatus fisci* (“advogado do fisco”), tendo alcançado na carreira o título honorífico de *comes* (“conde”). Zósimo seguia o paganismo, talvez tivesse que confessar sua fé em segredo, visto que possuía um alto cargo publico. . Nossa fonte foi escrita em grego e dividida em seis partes (no período se utilizava rolos), nas quais contêm informações do período de Augusto – 31 a. C. a 14 d. C.- até o ano de 410, e é uma das mais importantes fontes para o conhecimento dos eventos do século IV e do início do século V. Sua atitude frequentemente pró-pagã e anticristã lhe dá uma perspectiva diferente, podendo ser utilizada como balizadora para as obras de historiadores cristãos da época, como Paulo Orósio.

A outra fonte utilizada é a “*Historiae adversum Paganos*” (História contra os Pagãos) de Paulo Orósio. Orósio foi um escritor ibérico, historiador, teólogo, sacerdote e apologista cristã, natural da *Hispania Romana*, possivelmente natural de *Bracara Augusta*. Desconhecem-se as datas do seu nascimento e da sua morte, entre tanto, Agostinho, por volta de 410 – 414, qualifica-o como jovem prebístico que poderia ser seu filho, assim seu nascimento deve rondar por volta de 385-390. Paulo Orósio foi uma figura de referência cultural, tendo contato com grandes personalidades de sua época, como Santo Agostinho. O caráter universalista da sua obra talvez seja o matiz mais destacável. Em certa altura de sua vida, Orósio resolveu deixar a região da *Hispania* e foi para o norte da África, visto que as invasões bárbaras (409) atormentava-o e as divisões e novidades doutrinárias incomodava-o. Na África, Orósio encontrou-se com um intelectual da época: Agostinho de Hipona, pelo qual é possível que ao menos conhecesse “*A Cidade de Deus*”. Após ter permanecido algum tempo em Hipona como discípulo de Agostinho, em 415 foi enviado por este à Palestina, com uma carta de Apresentação destinada a Jerônimo de Strídon, intelectual que então exercia o monacato em Belém. A viagem à Palestina respondia a alguns objetivos: tratar com Jerônimo diferentes temas teológicos; aprender os pontos que uniam a teologia priscilianista e a de Orígenes (para melhor combater); auxiliar Jerônimo e outros ortodoxos contra Pelágio.

As diferenças entre Zósimo e Paulo Orósio, contribuem com nosso objetivo, visto que cada um dos autores nos trás valores de juízo opostos e assim permite que nossa análise da imagem de Gala Placídia se torne mais completa.

O estudo das fontes é possível somente através de uma revisão bibliográfica acerca do tema. Autores que se dedicaram a pesquisa da história do Império Romano e que produziram manuais foram amplamente utilizados, tais como Piganio⁴, Riché⁵ e Rouche⁶, coma finalidade de produzir um sólido conhecimento do momento histórico em viveu Gala Placídia. Levando em consideração que este período foi assinalado pela fraguimentação política do Império Romano foi de crucial relevância a utilização de estudiosos que tratassem especificamente das características das mudanças em que o Império passou, entre eles Ferrill⁷ e Marrou⁸, visto que estes aspectos estiveram intrinsecamente relacionados com a Augusta.

A construção da imagem de Placídia, em muitos aspectos deriva da figura de seu pai Teodósio, O Grande, visto que este deixou um legado (seja pela fragilidade política ou

⁴ PIGANIOL, André. *Historia de Roma*. Buenos Aires, EUDEBA Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1961.

⁵ RICHÉ, Pierre. *Grandes Invasões e Impérios Séculos V a X*. Lisboa.Publicações Dom Quixote, 1980.

⁶ ROUCHE, Michel. *Os Impérios Universais Séculos II a IV; Coleção: História Universal 4*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980.

⁷ FERRILL, Arther. *A queda do Império Romano- A explicação Militar*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda.1989.

⁸ MARROU, Henri-Irénée. *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?*. Lisboa. Editorial Áster.1979.

pelo estabelecimento da fé cristã como religião oficial) que impregnou a representação da Augusta. O período que Estilício esteve à frente do poder, enquanto Honório era apenas um menino, também marcou a construção da figura de Gala Placídia. Estilício tratou de noivar seu filho Euquério com Placídia, o que nesta circunstância representou a garantia do poder imperial. Ulteriormente, o saque de Roma durante o governo de Honório, estabeleceu contornos definitivos na representação de Placídia, se tornou o que Orósio chamou de “penhor especial”⁹. Como podemos perceber os eventos que assinalaram a história do Império Romano no final do século IV até a metade do século V, também constituiu a imagem da Imperatriz.

As informações sobre a data do nascimento de Gala Placídia são imprecisas, mas provavelmente tenha ocorrido por volta de 388/390. Da mesma forma não se tem certeza quanto ao local de sua origem, sabe-se apenas que era no Oriente, talvez em Constantinopla ou Tessália. A Augusta era filha de Teodósio I com sua segunda esposa, Gala, conseqüentemente era meia-irmã de Honório e Arcádio, que eram provenientes do primeiro casamento do imperador. Em 395 Placídia mudou-se para o Ocidente, para junto de seu irmão Honório. Quando Teodósio morreu passou a ser educada por Estilício e Serena, que era sua prima. Ainda jovem Placídia ficou noiva de Euquério, união esta arranjada por Estilício, que além de responsável pela noiva era pai do noivo. Mesmo antes de tomar o poder em suas mãos, Gala Placídia possuía certa influência política, em 408 o Senado Romano chegou a consultá-la acerca do sítio de Alarico em Roma, quando questionada sobre o grau de lealdade que se deveria atribuir a Serena.. Desconhecem-se as motivações, mas Placídia aconselhou ao Senado que matasse Serena, argumentando que esta havia se mancomunado com os visigodos.

A Augusta estava em Roma na época dos cercos da cidade, em 410 presenciou o saque de Roma pelos visigodos, culminando no seu rapto. Em 414 o sucessor e cunhado de Alarico, Ataúfo casou-se com a então cativa Gala Placídia, o casamento seguiu as tradições romanas. Em um cerimonial tipicamente cristã, o noivo usou um traje romano, Ataúlfo via-se como um restaurador da glória do Império Romano e não como seu destruidor. Flávio Constâncio, o homem de confiança de Honório, derrotou os Visigodos, em 416 e Gala regressou para junto da sua família, após negociações com o novo rei dos godos, Valia. O seu meio-irmão obrigou-a a casar com Constâncio em 417. Desta união nasceu o futuro imperador Valentiniano III e uma filha, Honória. Graças à influência exercida por Gala junto do irmão, Constâncio seria elevado a Augusto, com o nome de Constâncio III (421), governando o Império Romano do Ocidente junto com Honório. Por sua vez Gala foi elevada ao estatuto de Augusta. Após a morte de Constâncio, em 421, e a de Honório dois anos depois o poder acabou nas mãos de Gala Placídia, mãe do menino imperador, Valentiniano III (425-455).

Depois que Constâncio morreu, Gala Placídia e seu irmão Honório deram-se esplendidamente bem. Não demorou muito para que os irmãos tivessem uma séria desavença, possivelmente por causa de algum conselheiro de Honório que ressentiu a influência de Placídia. O laço com os godos levou a uma acusação de traição, depois que seguidores de Placídia se desaviram com soldados regulares em um tumulto em Ravena. Honório banuiu-a, ela fugiu com Valentiniano e a irmã dele para Constantinopla, onde reivindicou proteção o seu sobrinho Teodósio II, o imperador do Oriente. Quando da morte de Honório, Teodósio II governou durante um curto período o Império do Ocidente. Depois de breve usurpação João, em 425 Gala Placídia tomou o poder. Durante a sua regência Placídia teve que enfrentar a disputa entre seus chefes militares Aécio e Bonifácio, além da perda territorial. Placídia morreu em Roma no ano de 450.

⁹ ORÓSIO, Paulo. *História Contra os Pagãos*. Versão portuguesa e anotações: Professor efetivo do Ensino Secundário José Cardoso; Braga, Universidade do Minho, 1986. Capítulo 40; livro VII; pág.: 444.

Primeiramente a imagem de Gala Placídia emana de seu pai, Teodósio, homem virtuoso de profunda devoção a fé cristã, visto que é assim que Paulo Orósio os qualifica¹⁰. Após a morte do Imperador -o noivado entre Euquério e Placídia- nossas fontes atribuem mais um aspecto a representação da Imperatriz, ela passa a simbolizar o poder imperial e um caminho ao trono. Com tudo, o maior número de menções a Placídia nas fontes após seu rapto, demonstra que este é o momento da construção definitiva de sua imagem. Zósimo assinala o caráter da realeza, pois mesmo cativa recebe o tratamento de uma nobre¹¹. Para Orósio o rapto de Placídia e seu casamento com o rei dos visigodos, Ataúfo representou a possibilidade de paz. Segundo o historiador cristão esta união foi um “penhor especial”, a Imperatriz virtuosa e religiosa é dada como garantia da paz. O casamento com Ataúfo seguiu de forma rígida as tradições romanas, isto por que, para o rei godo a noiva simbolizava o prestígio do Império Romano. De acordo com Orósio o rei dos godos, é que este desejava ardentemente obter o prestígio do nome romano, mais ainda almejava profundamente fazer todo o Império Romano um só Império dos godos e chamá-lo a si mesmo. Apesar dos relatos sobre Placídia, o fato de não possuir uma obra que trate da Augusta como tema principal, ou mesmo que não seja indiretamente, tem que nos chamar a atenção, mesmo com uma imagem peculiar não teve essa honra. Talvez por pertencer a um período de mudanças com tamanha magnitude que tenha ofuscado suas características singulares.

¹⁰ ORÓSIO, Paulo. *História Contra os Pagãos*. Versão portuguesa e anotações: Professor efetivo do Ensino Secundário José Cardoso; Braga, Universidade do Minho, 1986. Livro VII Capítulo 34 e 40..

¹¹ ZÓSIMO. *Nueva Historia*. Madrid. Introducción traducción y notas de José Maria Candau Morón. Editorial Gregos, S.A., 1992. Livro V. Capítulo 37,1.

A MONARQUIA ARAGONESA E OS INIMIGOS DA CRISTANDADE: DUAS IMAGENS DA ATUAÇÃO DE PEDRO II DE ARAGÃO NAS CRÔNICAS MEDIEVAIS

Aluna: Camila Dabrowski de Araújo Mendonça

Orientadora: Prof.^a Fátima Regina Fernandes

Palavras-chave: Monarquia Aragonesa; Reconquista Cristã, Cruzada Albigense

O rei Pedro II, após expressiva atuação na Batalha das Navas de Tolosa (1212), recebe o epíteto de “o Católico”, tornando-se um exemplo de bom cristão por ter auxiliado na luta contra os mouros na Reconquista Ibérica, que lhe era diretamente relevante, pois envolvia o território de seu reino. Este rei aragonês mantinha vinculação vassálica com nobres do Languedoc devido a laços de parentesco, consolidados principalmente por matrimônios. Com o início da Cruzada Albigense esses vassallos pedem auxílio ao seu senhor devido à devastação que estava sendo provocada pelas forças francesas que os apossavam. Seguindo seu projeto de hegemonia voltado para as regiões transpirenâicas sob a influência da Coroa de Aragão, Pedro II responde a seus vassallos, inserindo-se nas disputas políticas e militares da Cruzada.

Nesse sentido, o rei aragonês tenta interceder em favor de seus vassallos occitanos, junto ao Papa, sem qualquer sucesso. Finalmente, em 1213, ainda confiante devido à vitória cristã sobre os mouros, Pedro II vai ao Languedoc levando suas hostes para combater o avanço dos cruzados. Na Batalha de Muret (1213), o rei aragonês é morto pelos franceses do Norte e seu filho Jaime I assume o trono. As ações de Pedro II acabaram por influenciar diversas questões nos primeiros anos do reinado de seu filho, que em 1258, firma com Luis IX, herdeiro de Filipe Augusto, um tratado no qual renuncia a qualquer pretensão de retomar seu senhorio na região do Languedoc. Cabe destacar também que Jaime I, durante seu reinado, elabora um novo projeto para a expansão aragonesa, agora voltado para os territórios ibéricos, continentais e insulares, ainda sob domínio mouro.



MAPA 1 - O Reino de Aragão e a região do Languedoc

FONTE:

[http://aveev.org/aveevwiki/ciaeewiki/index.php?title=El_Valle_de_Ar%C3%A1n_durante_la_Edad_Media_\(I\)](http://aveev.org/aveevwiki/ciaeewiki/index.php?title=El_Valle_de_Ar%C3%A1n_durante_la_Edad_Media_(I)). Consulta em: 22 de Outubro de 2010.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada uma bibliografia diversa, para suprir necessidades distintas. Buscamos manuais clássicos de História Medieval da

Península Ibérica, bem como obras mais atuais para construir elementos contextuais sobre o reino de Aragão e a Reconquista. Foi também necessária a consulta à obras que tratavam especificamente da Cruzada Albigense e a heresia cátara no Languedoc. Cabe destacar a consulta à tese de Alvira Cabrer¹, a qual apresenta uma análise profunda sobre as batalhas das Navas de Tolosa (1212) e de Muret (1213), oferecendo inúmeras informações específicas tanto sobre as batalhas em si quanto sobre suas motivações e personagens, bem como sobre análises sobre a mentalidade do “homem medieval”, de que maneira a guerra era vista na época e de que forma foi retratada.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram também utilizadas diversas fontes históricas, em sua maioria crônicas produzidas entre os séculos XIV e XV, portanto, posteriores ao reinado de Pedro II de Aragão, cuja imagem é um dos focos da análise. O conjunto de fontes analisadas tem duas origens distintas, uma das fontes é francesa e as outras duas são catalano-aragonesas.

A *Historia Albigensis* foi escrita entre 1213 e 1218, pelo religioso francês Pierre des Vaux- de- Cernay, testemunha ocular da Cruzada Albigense, já que acompanhou as hostes francesas. A crônica é constituída de três partes, sendo as duas primeiras dedicadas aos eventos ocorridos antes do início da Cruzada, e a última parte – dividida em doze capítulos – dedicada aos eventos relativos à Cruzada e seus desdobramentos finais. A partir dessa fonte francesa, pode-se analisar a forma da construção da imagem do rei aragonês Pedro II como um *defensor de vassallos heréticos* no espaço transpirenático de sua atuação. A edição utilizada será a tradução francesa de Pascal Guébin e Henri Maisonneuve, publicada em Paris em 1915².

O Livro dos Feitos do Rei D. Jaime I pode ser considerado uma autobiografia do rei aragonês Jaime I (1213 – 1276), filho de Pedro II, e foi ditada pelo rei para ser escrita aproximadamente entre 1252 e 1274. Utilizamos a tradução feita por Luciano Vianna e Ricardo Costa para o português, que consta apenas dos 30 primeiros capítulos³. A narrativa abarca todo o período de vida de Jaime I, do casamento de seus pais até sua morte. Utilizaremos essa fonte para complementar a construção da imagem do rei Pedro II, bem como para diferenciar os projetos expansionistas destes dois reis aragoneses.

A *Crónica del Rey en Pere e dels seus antecessors passats*, escrita aproximadamente em 1283 tem como foco o reinado de Pedro III de Aragão (1276 – 1285), mas aborda acontecimentos muito anteriores. Nesse sentido, podemos dividir a obra em três grandes partes. Na primeira, constituída de dez capítulos, trata de alguns acontecimentos até morte de Pedro II em 1213; na segunda parte, em sessenta e três capítulos, trata do reinado de Jaime I; por fim, nos setenta e cinco capítulos da terceira parte, apresenta os feitos relativos ao reinado do rei Pedro III. A edição utilizada é a versão digital em catalão disponível no site do Institut Joan Lluís Vives⁴. A partir desta fonte pudemos complementar a diferenciação dos projetos expansionistas dos reis Pedro II e Jaime I, bem como analisar a construção da imagem de Pedro II como um rei cristão bem sucedido em sua atuação nos espaços ibéricos, especialmente na Batalha das Navas de Tolosa.

¹ ALVIRA CABRER, Martin. *Guerra e ideología en la España medieval: Cultura y actitudes históricas ante el giro de principios del siglos XIII -Batallas de Las Navas de Tolosa (1212) y Muret (1213)*. 1483 p. Tese (Doutorado em História) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2000.

² VAUX-DES-CERNAY, Pierre. *Historia Albigensis*. [1218]. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1951.

³ O texto dos 30 primeiros capítulos traduzidos para o português está disponível no site: <http://www.ricardocosta.com/textos/cronicafeitos.htm>. Em 2010 foi feita a publicação da tradução pelo Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Lull).

⁴ DESCLOT, Bernart. *Crónica del Rey en Pere e dels seus antecessors passats*. [1280?]. Disponível em: <http://www.lluivives.com/servlet/ServeObras/jlv/12142747518921506765213/index.htm>
Acesso em: 15 fev. 2009

A questão principal que surge a partir da pesquisa realizada aponta para a construção da imagem do rei aragonês como um bom rei cristão, em situações que dizem respeito a sua participação na batalha das Navas de Tolosa, e como um defensor de heréticos, quando se trata de sua atuação visando defender os interesses dos nobres occitanos contra o avanço dos cruzados franceses. Pudemos observar que nas fontes catalano-aragonesas, os autores optam por destacar elementos da personalidade de Pedro II e de suas habilidades como guerreiro. Nesse sentido identificamos dois trechos que demonstram claramente essa escolha. O primeiro é o trecho do *Livro dos Feitos do Rei D. Jaime I* no qual, ao explicar suas origens, o monarca fala de seu pai,

Nosso pai, o rei Dom Pedro, foi o rei mais liberal que houve em Espanha, o mais cortês e o mais afável, pois dava tanto que suas rendas e terras cada vez valiam menos. E era um bom cavaleiro de armas, sem igual no mundo. Dos outros bons costumes que ele tinha não desejamos falar para não alongar o escrito⁵.

Em segundo lugar, Bernat Desclot, ao narrar a participação de Pedro II na Batalha de Muret, afirma que " El rey era molt bon cavaller e coratjos e era molt be encavalcat; si quels altres cavallers no podien tant correr com ell"⁶. Ainda que essas qualidades muito superiores às de outros homens tenham levado à sua morte, o elemento de destaque não é a vitória das hostes francesas, mas sim a virtude guerreira do rei de Aragão.

Percebemos também uma clara distinção entre os dois inimigos da Cristandade, o herético e o infiel. Apesar de ambos os conceitos se referirem a um problema religioso e a um inimigo que deve ser combatido, a origem do problema que os envolve é distinta. O infiel é o mouro, que nos espaços ibéricos representa o invasor. Nesse sentido, o infiel é um elemento externo a sociedade cristã, que deve ser vencido já que não acredita na verdadeira fé e foi criado fora dela. Por outro lado, o herético é um inimigo interno à Cristandade e é um problema que pode ser considerado mais grave do que o infiel, já que é um cristão que desvirtua sua fé. Tendo que ser combatido no seio da Cristandade, o herege deveria ser reconduzido ao caminho de Deus, ao passo que o infiel deveria ser conduzido, isto é, convertido ao Cristianismo. Pode-se dizer ainda que o infiel incorre em erro por desconhecer a verdadeira fé, enquanto o do herege é pior, já que incorre em erro por questioná-la. Talvez em decorrência dessa percepção, a atuação de Pedro II como um suposto defensor de heréticos tenha sobrepulado sua imagem de modelo de rei cristão.

É preciso deixar claro que nem Pedro II nem os nobres que eram seus vassalos praticavam a heresia. Nas terras desses nobres havia grupos de hereges, perseguidos pelos cruzados, mas os nobres em si não aderiram a heresia, portanto, as ações tomadas contra eles, como a invasão e a tomada de terras, eram injustas e infundadas. Ainda que as ações de Pedro II fossem coerentes com a lei e com sua posição de senhor, elas confrontavam os interesses da Coroa francesa, que por sua vez era apoiada pelo Papado. Na análise das fontes foi possível perceber que o próprio Papado fazia, de certa forma, essa distinção, já que em uma carta endereçada ao monarca aragonês o Papa Inocêncio III afirma

[...] nous accorderons de nouvelles indulgences por encourager les croisés et les autres fidèles à se dresser pour extirper cette peste avec l'appui du Seigneur et à marcher au nom du Dieu des Armées contre ces personnages, contre ceux qui les cachent et les protègent, quels qu'ils sont plus dangereux que les hérétiques eux-mêmes⁷.

⁵ JAIME I. O Livro dos Feitos do rei D. Jaime [1272-1274]. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/>
Acesso em: 23 jun. 2009.

⁶ DESCLOT, B. Op. cit.

⁷ VAUX-DES-CERNAY, P. Op. cit. p. 159.

A partir desse extrato de fonte, percebemos o tom de ameaça empregado pelo Papado, apoiando e defendendo a Cruzada, bem como indicando ao rei aragonês que suas ações, a defesa dos vassallos occitanos, cada vez mais estava sendo percebida como equivocada. Assim, um argumento com base religiosa é construído para invalidar a ação política do monarca aragonês.

Ao longo da pesquisa pudemos observar que tanto na fonte catalano-aragonesa quanto na francesa, os cronistas constroem um ideário cruzadístico em torno da empreitada a qual são ligados. Ao longo de toda sua obra, Pierre des Vaux-de-Cernay indica elementos que justificam a Cruzada Albigense enquanto uma empreitada em nome de Deus e em conformidade com os interesses do Papado. Nesse sentido o aval do Papa é um dos principais argumentos, conforme pode ser observado no trecho citado anteriormente. O uso de palavras atribuídas a Inocêncio III em um carta enviada ao rei de Aragão reforça a argumentação do autor, assim sendo, na sequência ao trecho citado o Papa ressalta a gravidade do erro de Pedro II ao ameaçá-lo com a excomunhão, "si tu t'opposais à Dieu et à l'Eglise, spécialement en matière de foi, avec l'intention de mettre obstacle à l'achèvement de notre sainte entreprise [...]"⁸. Nesse trecho percebemos claramente o ideário de Cruzada vinculado à ação militar francesa no Languedoc.

Paralelamente, Bernat Desclot elabora uma construção parecida para inserir a batalha das Navas de Tolosa e a Reconquista Ibérica no contexto das Cruzadas. No trecho abaixo, verificamos de que forma a descrição da atuação dos monarcas de Castela e outros reinos ibéricos iniciam a reunião de forças anterior à batalha das Navas de Tolosa.

Quant lo rey de Castella els altres reys hagueren entes aquestes novelles, ajustaren se tots e hagueren llur consell, e trameteren llurs missatgers al apostoli e al rey de França e al rey de Anchlattera, e per tota la cristiandat, com sabessen: que Miramoli de Marochs era passat en Spanya ab totes ses gents que null hom no podia saber lo nombre, e que havia manada batalla a tots los crestians del mon, e que li lliuassen la terra.

Quant lo apostoli hac vistes e enteses les cartes quels missatgers li hagueren aportades, trames sos cardenals e sos legats per tota la cristiandat, que fessen assaber a les gents aquell fet, e quels fessen absolre de llurs peccats, per tal que y anassen⁹.

Ao buscar o apoio de outros monarcas e de elementos ligados à Igreja, esses monarcas ibéricos visavam legitimar sua empreitada contra os mouros e transformá-la em uma batalha que deveria ser lutada por toda a Cristandade.

Nas obras clássicas a respeito do Reino de Aragão e da batalha das Navas de Tolosa, entendida como parte do processo de Reconquista, a discussão a respeito da construção da imagem dos reis ibéricos em suas crônicas não aparece, indicando que essa é uma discussão mais recente. Em textos do autor espanhol Martin Alvira Cabrer¹⁰, podemos perceber a preocupação com a necessidade de buscar nas crônicas medievais elementos que vão além dos dados factuais. Nesse sentido, este autor apresenta em vários de seus trabalhos, análises a respeito da construção da imagem de Pedro II de Aragão, tanto nas fontes quanto na historiografia.

⁸ VAUX-DES-CERNAY, P. Op. cit. p. 159.

⁹ DESCLOT, B. Op. cit.

¹⁰ Ver ALVIRA CABRER, Martin. *Guerra e ideología en la España medieval: Cultura y actitudes históricas ante el giro de principios del siglos XIII -Batallas de Las Navas de Tolosa (1212) y Muret (1213)*. 1483 p. Tese (Doutorado em História) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2000.; ALVIRA CABRER, Martin. "La Cruzada contra los Albigenses: historia, historiografía y memoria". *Clio & Crimen*, Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, n. 6, p. 110 – 141, 2009.

Nosso trabalho segue esse mesmo sentido, buscando compreender as construções presentes nas fontes e analisá-las dentro de seu contexto próprio e de acordo com as necessidades de sua época. Vamos ao encontro de diversos elementos apresentados por Alvira Cabrer em seus trabalhos, verificando, da mesma forma, que as construções imagéticas a respeito do rei aragonês Pedro II se modificam conforme o interesse do cronista, e principalmente de seu patrocinador.

Em um âmbito mais amplo, pensando em termos da Reconquista Ibérica de forma geral, percebemos nas fontes um forte apelo à religiosidade, sobretudo no que diz respeito à construção do ideal de Cruzada, mas também na presença de elementos que indicam a ação de Deus no cotidiano do homem medieval. Se por um lado o homem cristão deveria lutar contra o infiel – ou contra o herético -, seguindo o ideal de Cruzada, por outro era necessário agradar a Deus através de ritos como missas, confissões e bênçãos, para que Ele levasse Seus exércitos à vitória. Esses elementos são discutidos por Frederico Garcia Fitz¹¹, que analisando o processo da Reconquista de forma geral, aponta a construção desses elementos como parte da mentalidade ibérica medieval.

Ainda outro elemento ligado à mentalidade do homem medieval diz respeito a proximidade entre religiosidade e política. Percebemos que muitos dos ritos políticos, como a criação de laços de vassalagem e a própria coroação de um rei, envolviam a participação de homens da Igreja. A percepção desse elemento possibilita a compreensão da relativa facilidade encontrada pelos cronistas ao criar uma imagem religiosa negativa a partir da ação politicamente correta de Pedro II de Aragão.

¹¹ GARCÍA FITZ, Francisco. “La Reconquista: un estado de la cuestión”. *Clio & Crimen*, Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, n. 6, 2009. p. 142 – 215.

CULTURA MATERIAL E ICONOGRAFIA: UM ESTUDO DAS ÂNFORAS GREGAS DO FESTIVAL DAS PANATENEIAS

Aluna: Camilla Miranda Martins

Orientadora: Prof.^a Renata Senna Garraffoni

Palavras-chave: História Antiga, Iconografia Grega, Festival das Panateneias

O desejo de estudar história antiga surgiu já no primeiro semestre da graduação quando cursamos o Laboratório de História Antiga e Medieval da UFPR em 2007 e, no ano seguinte quando começamos a pesquisa de iniciação científica, com bolsa do PIBIC/CNPq, sob orientação da Professora Doutora Renata Senna Garraffoni. O interesse na religiosidade desenvolvida na *polis* levou-nos ao estudo das festas cívicas, mais especificamente o Festival das Panateneias, em Atenas. Além disso, aproximamo-nos da cultura material produzida nessas comemorações e passamos a refletir sobre a importância das fontes arqueológicas para o estudo da história.

Nossa iniciação científica se transcorreu em três anos de pesquisa, resultando na base da monografia. No primeiro ano (agosto de 2008 a julho de 2009) realizamos um bom levantamento bibliográfico sobre arqueologia e história; também nos aprofundamos na leitura sobre as festas entre os gregos antigos e elaboramos um pequeno catálogo de ânforas panatenaicas, o qual (após algumas adaptações) é utilizado agora como fonte. Já no segundo ano (agosto de 2009 a julho de 2010), direcionamos a pesquisa para a interpretação das imagens contidas nos vasos, principalmente a figuração de atletas. E no terceiro analisamos os esquemas e técnicas de pintura, procurando saber se recebiam influências da cultura egípcia, como sugerem autores como Patricia Marx – historiadora especialista em vasos desse tipo.

Durante esse período de iniciação científica, como já sinalizamos, elaboramos um catálogo de vasos advindos das comemorações panatenaicas, o qual é novamente utilizado por nós. Ele constitui-se pelas imagens e descrições de seis ânforas datadas do período entre 566 e 320 a.C. Abaixo observamos uma de nossas fontes retiradas do catálogo, notemos ter o vaso dois painéis de figuração, por isso, denominamos de face A aquela que retrata algum dos jogos disputados nas Panateneias e de face B aquela com a imagem de Atena *Promachos*, a deusa guerreira.

Objeto:	Ânfora panatenaica
Pintor:	Atribuído a Kleophrades
Motivo (tema):	pankration (competição atlética) e juiz / Atena <i>Promachos</i> , escudo com a imagem do cavalo <i>Pegasus</i>
Data:	525–500 a.C.
Fabricação / procedência	Grécia, Ática
Material:	Terracotta
Marcas/sinais:	τον Αθηνεθεν αθλον (Dos Jogos de Atenas)
Localização:	Metropolitan Museum of Art, New York, 16.71
Dimensões:	Altura - 25 in. (63,5 cm)



Além do catálogo, desenvolvemos durante a iniciação científica uma problemática a qual será estudada nesse nosso trabalho de conclusão de curso e que aborda três eixos principais: a relação entre o político e o religioso expressa na festa panatenaica; a ligação entre cidadania, esportes e nudez advinda das competições dessa celebração; e a simbologia que envolve a matrona da festa, a deusa Atena, bem como as técnicas de pinturas, influenciadas pela arte egípcia, empregadas em sua figuração. Como a monografia é fruto dessa nossa experiência de bolsista, nela pretendemos discutir três pontos principais extraídos dos nossos relatórios de pesquisa: a conexão entre arte, arqueologia e história; a relação cultural entre gregos e egípcios; e a dinâmica cultural, social e política que ocorre imagetivamente entre a deusa Atena e os competidores dos jogos panatenaicos.

No primeiro ponto desejamos explanar sobre a importância de contextualizar o olhar e da relevância da interdisciplinaridade em nosso estudo, pois é a partir do diálogo entre a história, a arqueologia e os estudos visuais que podemos pensar a iconografia panatenaica no seu conjunto histórico, tanto pelo seu viés artístico como cultural, social e político. Depois, damos lugar ao desenvolvimento dos estudos específicos sobre a iconografia dos festivais e notamos como na cerâmica panatenaica os aspectos egípcios são pouco analisados. E, então, buscamos uma interpretação histórica a fim de entender as relações expressas nos vasos entre religiosidade, nudez, cidadania e esportes, realizando uma leitura do que pensamos ter sido a sociedade grega no contexto do Festival das Panateneias.

Dessa forma, nossa monografia possui a seguinte estrutura: o primeiro capítulo é uma discussão teórica e metodológica em torno dos estudos sobre a arte como fonte histórica, porém uma arte específica, a iconografia e, portanto, estudos que abrangem história, arqueologia e artes. Já no segundo capítulo apresentamos nossas fontes, nosso catálogo, e explicamos como foi realizada a seleção de seis vasos. Além disso, explanamos sobre as pesquisas acerca das ânforas panatenaicas e percebemos como esse tipo de cultura material pode nos proporcionar a reflexão sobre os modos de se interpretar a antiguidade, principalmente no que se refere às relações entre a Grécia e o Egito. E, por fim, no terceiro capítulo desenvolvemos a nossa leitura sobre os temas da iconografia panatenaica, as quais são a religiosidade, a nudez, a cidadania e o esporte.

Em resumo, no primeiro capítulo explicamos a partir de Paulo Knauss que adotamos o conceito de cultura visual como meio de pensarmos diferentes experiências visuais ao longo da história, em diversos espaços e tempos.¹ Ou seja, consideramos o olhar como algo construído socialmente e historicamente e, portanto, pensar a história a partir de imagens implica considerar que os artefatos culturais não retêm sentidos fixos, pois são situados historicamente.

¹ KNAUSS, P. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan-jun. 2006, p.102 -110.

Para analisar tais objetos é necessário interpretar não apenas um significado único, mas buscar entender as relações humanas que os envolvem. Nesse sentido, adotamos a perspectiva histórica interpretativa, uma orientação teórica na qual, como explica Fábio Vergara Cerqueira, produzimos, a partir de leituras bibliográficas, a inteligibilidade do conjunto de símbolos, pesquisamos as relações entre eles e suas inserções no contexto da cultura de modo geral.²

Além disso, também notamos com Martin Robertson e Mary Beard ser necessário considerar na leitura de imagens que as múltiplas interpretações a seu respeito mudam conforme o contexto, o observador e suas expectativas.³ E, dessa maneira, a análise do artefato requer o que esses autores explicam como uma tentativa de reconstruir em nossos próprios termos (por que não podemos fazer de outra forma) o que era para ser um observador da época. Segundo Robertson e Beard, usamos o conhecimento adquirido com nossos próprios modos de ver a fim de compreender as complexidades - algumas semelhantes, outras diferentes - no material antigo.⁴

E no caso da antiguidade a imagem teria um papel fundamental na comunicação, pois como explana Fábio Vergara Cerqueira, muitas vezes a cultura letrada não atinge grande quantidade de pessoas, afinal, poucas seriam alfabetizadas. Na Grécia do período clássico, de acordo com o autor, apenas 15 a 20% da população saberia ler.⁵ Nesse caso, as fontes arqueológicas nos permitem um estudo mais profundo sobre a população em geral, seu cotidiano, uma vez que o ser humano relaciona-se com a cultura material em algum nível de suas vidas, seja ao comer, se vestir, fazer construções ou outras coisas.

Já no segundo capítulo, explanamos sobre como confeccionamos nosso catálogo e a respeito das próprias ânforas panatenaicas. Acerca delas explicamos: (1) a técnica de pintura em figuras negras, na qual o vaso é mantido na cor da argila enquanto as imagens são pintadas com verniz negro; (2) a ampla difusão pelo mediterrâneo; e (3) sua principal função, são o invólucro do prêmio destinado aos ganhadores dos jogos do festival, o azeite das oliveiras sagradas de Atenas. Os vasos possuem entre 60 e 70 centímetro de altura e são caracterizados pela inscrição *των Αθηνεθεν αθλων* (*Dos jogos de Atenas*), além de possuírem dois lados para figuração, como já notamos no início deste texto.

O *corpus* desse tipo de cerâmica é grande, pois os ganhadores das 32 competições recebiam como prêmio cerca de 120/140 vasos cada. Contudo, o que restou deles são, na maioria das vezes, fragmentos. Alguns ainda estão inteiros ou foram reconstituídos e encontram-se, geralmente, em museus de história e arte localizados principalmente na Inglaterra, Estados Unidos, França e Grécia.

Neste segundo capítulo, ainda percebemos como a iconografia panatenaica é pesquisada em três autores: Gilberto da Silva Francisco, Patricia Marx e John Boardman. Observamos que Boardman possui uma leitura mais descritiva, ou seja, o autor realiza uma análise estilística e procura notar as continuidades e descontinuidades na sua ornamentação. Já Francisco e Marx, não abandonam uma análise assim, entretanto, procuram interpretar o que a cerâmica panatenaica quer nos dizer sobre a sociedade ateniense. O primeiro estuda sobre a difusão da imagem dos atletas, específicos das competições das Panateneias, em outros suportes materiais localizados em colônias gregas

² CERQUEIRA, F.V. O testemunho da iconografia dos vasos áticos dos séculos VI e V a.C.: Fundamentação teórica para sua interpretação como fonte para o conhecimento da cultura e sociedade da Grécia Antiga. In: *História em Revista* (UFPEL), Pelotas/RS, 2005, p.135.

³ ROBERTSON, M. & BEARD, M.. Adopting an Approach. In: RASMUSSEN, Tom & SPIVEY, Nigel (org.). *Looking at Greek Vases*. Cambridge University Press, 1997, p.13.

⁴ *Idem*, p.18.

⁵ CERQUEIRA, F.V. A Iconografia dos vasos gregos antigos como fonte histórica. In: *História em Revista* (UFPEL), Pelotas, v. 6, 2000, p.86.

do Período Helênico. E a segunda questiona a composição visual de Atena nos vasos mais antigos, indagando sobre a influência egípcia na pintura.

Desses três estudos o de Marx nos chamou a atenção pelo fato de pensar a respeito de uma relação cultural entre gregos e egípcios, uma relação que já causou várias discussões na historiografia, principalmente no século XIX e depois no final do XX, e que nos fez perceber como o olhar é construído pelas experiências do estudioso, conforme explanamos a partir de Robertson e Beard no primeiro capítulo.

Em linhas gerais, de acordo com Martin Bernal, entre os séculos XIX e XX houve toda uma discussão em torno da presença ou não de cultura oriental na sociedade ocidental. Esse debate, segundo o autor, encontrava-se no centro de interpretações acerca da Grécia, em especial o Modelo Antigo e o Modelo Ariano. O Modelo Antigo explica a Grécia como habitada por tribos primitivas e depois colonizada por egípcios e fenícios. Já no Modelo Ariano a cultura grega teria sido resultado de invasões dos povos do norte - fornecendo argumentos para uma superioridade europeia sob os demais continentes, por localizar os gregos (pensados como criadores da civilização) como um povo setentrional. Esse deslocamento, segundo o estudioso, seria proposital, pois os europeus “não poderiam ter recebido a herança de sua civilização das luxuriantes e decadentes regiões meridionais e orientais”,⁶ como propõem o Modelo Antigo. Assim, o autor defende que os Estudos Clássicos possuem um papel de atuação na construção ideológica de discursos políticos por intermédio de modelos interpretativos sobre as origens da Grécia.⁷

Para Bernal, autor que escreve já no final do século XX, há sim a presença oriental na cultura grega, principalmente por causa de vestígios materiais da Idade do Bronze os quais apontam para a existência de estabelecimentos egípcios e fenícios de grande influência na Grécia. Marx ao sinalizar sobre o fluxo da arte egípcia na pintura grega acaba contribuindo com estudos como os de Bernal e nos permite concluir como é importante contextualizar o olhar, assunto que vimos tratando desde o primeiro capítulo.

Finalmente, no terceiro capítulo realizamos a nossa interpretação da iconografia panatenaica a partir de seus dois painéis de figuração, questionando-nos: o que a imagem mitológica quer nos dizer sobre as competições e vice-versa? A partir dessa suposta relação também nos perguntamos: por que o tema é organizado em duas faces distintas? Pode haver uma interação de inclusão dos elementos tidos na representação mitológica no referente (os atletas)?

Fábio de Souza Lessa, ao pesquisar a alteridade nos esportes, evidencia que nos atletas a nudez, elemento característico dos vasos com cenas esportivas, seria o signo de todas as qualidades ligadas à vitória e à beleza.⁸ Ao observarmos a imagem de Atena *Promachos* notamos essas mesmas qualidades, como afirma outro autor, Jean-Pierre Vernant, “o triunfo do atleta evoca e prolonga a façanha realizada pelos heróis e pelos deuses: eleva o homem ao plano do divino”.⁹ Nesse sentido podemos relacionar os dois painéis figurativos dos vasos, os esportistas durante a competição estariam se igualando em termos de honra à própria deusa Atena.

Lessa também explica que o heleno ao se exercitar nu exibia sua liberdade, sua cidadania; diferindo-se do bárbaro, e nas competições sua honra e glória eram enaltecidas com a vitória. Segundo o autor, praticar atividades físicas era um ideal para todo cidadão, já que a ginástica constituía junto com a gramática, a música e o desenho, a *paideia*

⁶ BERNAL, M. *A Imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia européia*. (Tradução: Fábio Adriano Hering). In: *Bernal e Olivier, L. Repensando o Mundo Antigo - II*. Organização: Pedro Paulo Abreu Funari. Textos Didáticos: n. 49, IFCH/Unicamp, 2003, p.18

⁷ *Idem*, p.9.

⁸ LESSA, F.S. Democracia e esportes em Atenas. In: *Synthesis* (La Plata), v. 15, 2008, p.66.

⁹ VERNANT, J. *Entre Mito e Política*. São Paulo: EDUSP, 2001, p.304.

helênica. Com esses elementos, formava-se então um discurso ideológico e hegemônico do ser cidadão na *polis*, e mais especificamente, na democracia ateniense.¹⁰

Ainda observando o corpo nu e notando sua relação com a religiosidade e a cidadania, propomos uma abordagem distinta da de Lessa para refletir sobre a cultura física, uma abordagem da história do corpo de desnaturalizar os corpos. De acordo com Denise Bernuzzi de Sant’Anna o corpo é sempre “biocultural”, pois apesar de ser uma evidência que nos acompanha toda a vida, ele é moldável e sujeito a transformações. Essa noção de biocultural, segundo a autora, levanta uma questão geral: “Como uma dada cultura ou um determinado grupo social criou maneiras de conhecê-lo [o corpo] e controlá-lo?”¹¹. Os corpos humanos estão, portanto, situados historicamente e socialmente, fazem parte de uma cultura – é isso que os torna passíveis de serem analisados pelo historiador de todas as épocas.

Assim podemos refletir sobre o contexto cultural que o corpo atlético nos evidencia: uma cultura física a qual objetiva dentro da democracia ateniense corpos semelhantes, uma vez que a exibição de beleza, força e honra, feita por meio da nudez, aproxima pessoas de um mesmo grupo, os cidadãos, e estabelece uma educação comum. Além disso, a nudez característica dessa cultura nos mostra a masculinidade do homem aristocrático e depois do cidadão por meio do controle corporal, controle proporcionado por uma educação física. Dessa maneira, notamos como uma interpretação do corpo pode nos revelar valores peculiares da cultura helena e evidencia-nos uma perspectiva mais ampla dos jogos, pensando o político, o social e o cultural juntos em uma teia de relações.

Com tudo isso, todo o exposto até esse ponto, podemos afirmar que nossa hipótese de trabalho busca por meio da interpretação da iconografia panatenaica relacionar os dois painéis figurativos e pensar sobre a ligação entre religiosidade, nudez, esportes e cidadania. Dessa forma, talvez, a nossa principal contribuição com a monografia tenha sido a análise conjunta das cenas figurativas, desde o primeiro ano procuramos entender o vaso como um todo, sem olhar somente para um dos lados com imagens como faz a maioria dos autores sobre o tema.

Além disso, nossa pesquisa foi um passo no sentido de aproximar história antiga e arqueologia do mundo clássico dos estudos visuais e da história da arte. Enfim, com todo nosso trabalho observamos que por meio da cultura material, dos vasos panatenaicos, há diversas possibilidades de olhar o mundo grego antigo. Discutimos religiosidade, cidadania, masculinidade, esportes e nudez, tudo a partir das imagens de Atena *Promachos* e dos atletas nus. E toda essa riqueza de informações continuará sendo de grande relevância, uma vez que pretendemos produzir um projeto de mestrado dentro da mesma temática.

¹⁰ LESSA, F.S. *Op. Cit.*, p.63.

¹¹ SANT’ANNA, D.B. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, C.L. (org.). *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2000, p.4.

Banca 2

Resumos

AMERÍNDIOS NA EUROPA: A POSSE DE TERRITÓRIOS E INDIVÍDUOS NO SÉCULO XVI

Aluna: Ana Claudia Magalhães Pitol

Orientadora: Prof.^a Andréa Doré

Palavras-chave: Cativos, ameríndios na Europa, rituais de posse

Os deslocamentos de indígenas americanos para a Europa ocorreram desde o início dos contatos e podem ser encontrados diversos documentos que os comprovam. No entanto, poucas são as referências bibliográficas que tratem deste assunto em especial, sendo ele muitas vezes citado, como um lugar comum na bibliografia sobre o Brasil e a América coloniais, sem que conste ao menos uma referência sobre a fonte das informações. Essa ausência de referências pode ter dois significados: ou esta seria uma discussão banal que não mereceria atenção, ou algo ainda a ser explorado.

Devido à ausência de fontes que possam apresentar a visão indígena do encontro entre Velho e Novo Mundo não é possível reconstruir suas trajetórias. Sabe-se, contudo, um pouco sobre os destinos destes nativos americanos, uma vez fora de sua terra natal: como representantes do exotismo que se descortinava aos olhos do Velho Mundo foram apresentados nas Cortes e levados para serem educados nos moldes europeus. Muitos não resistiram à longa viagem e ao contato morrendo antes do desembarque.

Existe um número considerável de vestígios que nos permite vislumbrar esses personagens e, embora tal documentação seja lacunar, aponta a captura e o transporte desses nativos para a Europa, o que é um indício da recorrência destes atos. Essas evidências são encontradas, em geral, em documentos que tratam do descobrimento e da conquista de espaços americanos, a começar pelo diário da primeira viagem de Colombo à América. Sabe-se que, após o embarque do primeiro indígena, outros foram levados e seus destinos foram vários. Além de Colombo, outros viajantes, ingleses (como John Guy, Michael Lok e George Best), franceses (Paulmier de Gonneville e Jacques Cartier) e espanhóis (Hernando De Soto, Cortez e Bernal Díaz), para citar apenas alguns exemplos, deixaram relatada a ida de indígenas para o Velho Mundo. Mas diversos outros poderiam ser citados.

Esta pesquisa baseou-se em documentos, que, na sua maioria, descrevem a chegada de portugueses, espanhóis e franceses na América e sua conquista. Em terras espanholas, como já mencionado, os embarques se iniciaram após o primeiro contato, como fica explícito nos *Diários das viagens de Cristovão Colombo (1492-1502)*.¹ Esses documentos relatam as viagens do navegador realizadas no período de 1492 a 1502. Desde o primeiro contato ele manifestou o desejo de levar nativos para a Europa a fim de que pudessem aprender o espanhol. Outro espanhol que também deixou registrados o cativo e o embarque de indígenas para a Europa foi Bernal Díaz de Castillo, em *Historia Verdadera de la Conquista Española (1632)*.² Ao narrar as três expedições espanholas ao Yucatán das quais afirma ter participado - a de Francisco Hernández de Córdoba, em 1517; a de Juan de Grijalva, em 1518 e, por fim, a de Cortés, em 1519 – Bernal Díaz nos permite visualizar a existência desses cativos indígenas, como se efetivava a posse sobre eles e sua utilização.

A Relação da viagem do Capitão de Gonneville às Novas Terras das Índias (1503-1505) trata da viagem do comerciante francês Paulmier de Gonneville que esteve no

¹ COLOMBO, Cristovão. *Los cuatro viajes del Almirante y su testamento*. Buenos Aires: Espasa – Calpe Argentina, 1947.

² CASTILLO, Bernal Diaz del. *Historia de la Conquista de la Nueva España*. México: Editorial Porrúa, 1960.

início do século XVI em terras brasileiras.³ Entrando em contato com os carijós passou alguns meses no Brasil e no retorno levou consigo dois índios, Esomericq, filho do cacique carijó Arosca, e Namoa. Tentou também capturar dois tupinambás que, no entanto, conseguiram fugir antes da partida.

A *Carta* escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, quando do descobrimento das novas terras, em 1500, aponta quais as desvantagens em levar nativos para a Europa, na tentativa de obter informações sobre o local.⁴ Porém, conforme aponta Affonso Arinos, as cartas de doação das capitânicas, documentos do início da colonização portuguesa, faziam menção à possibilidade de entrada de nativos brasileiros em Portugal. Os donatários poderiam mandar 24 escravos índios a cada ano, livres de direitos de entrada. Esse envio só foi proibido em 1570, período em que, segundo o historiador, essa exportação já devia ser quase nula.⁵ Mas, anteriormente a isso, pode-se perceber que nativos eram embarcados em navios portugueses em documentos como *A Nova Gazeta da Terra do Brasil* (1514), de autor anônimo.⁶

Além dos relatos que descreviam as viagens ao continente americano, uma outra documentação também possibilitou a pesquisa. Em 1550, realizou-se um espetáculo para celebrar a entrada do Rei Henrique II e de Catarina de Médicis na cidade normanda de Rouen, do qual participaram cinquenta indígenas, provavelmente, alguns tupinambás. Nessa ocasião, os nativos americanos, juntamente com alguns marujos normandos apresentaram algumas cenas da vida indígena brasileira, com o intuito de mostrar ao rei francês como eram seus domínios no Brasil. O espetáculo ali encenado, tanto por seu caráter oficial, quanto pela encenação da alteridade sem precedentes ali realizada, nos legou uma maior quantidade de vestígios, tanto imagéticos como textuais. Ferdinand Denis transcreveu uma das edições que descrevia o espetáculo em seu livro intitulado *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550*.⁷ Doze anos depois do espetáculo, Montaigne encontrou-se com alguns indígenas nesta cidade, e em 1580 no seu ensaio, “Dos Canibais”, descreve o diálogo que teria travado com um dos indígenas ali presentes.⁸

Pode-se questionar a validade da pesquisa tendo estes sujeitos como objeto, uma vez que não dispomos de fontes produzidas pelos próprios indígenas. Como afirma Carlo Ginzburg, não podemos “jogar a criança fora junto com a água da bacia” por “medo de cair no famigerado positivismo ingênuo, unido à exasperada consciência da violência ideológica que pode estar oculta por trás da mais normal e, à primeira vista, inocente operação cognitiva”.⁹

Se refletirmos a partir da hipótese levantada por Jean Claude Schmitt de que “uma sociedade se revela por inteiro no tratamento de suas margens”, é possível pensar no lugar

³ *Relação da viagem do Capitão de Gonville às Novas Terras das Índias*. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonville o Brasil: 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁴ CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: LP&M, 1987.

⁵ FRANCO, Affonso Arinos de Mello. “Viagens de índios brasileiros à Europa”. In: *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, p. 35-37.

⁶ *A Nova Gazeta da Terra do Brasil*. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol 33. Rio de Janeiro, 1911. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm. Acessado em: 13 de outubro de 2010.

⁷ MASSELIN, Robert e GORD, Jean du. “Suntuosa Entrada”. In: DENIS, Ferdinand. *Uma festa brasileira*. Rio de Janeiro: EPASA, 1944.

⁸ MONTAIGNE, Michel de. “Dos Canibais”. In: *Revista de Humanas*, n. 7-8, Curitiba, Editora da UFPR, 1998-99.

⁹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 16.

que estes indígenas tiveram neste contexto e partir de suas histórias para tentar entender as práticas européias de posse.¹⁰ Se não podemos averiguar o que a travessia atlântica e o estabelecimento em um local completamente estranho significaram para os índios, pode-se buscar respostas para outras perguntas, como por exemplo, qual o significado que tinham para os europeus. Dessa forma, as experiências indígenas vão nos falar mais dos europeus do que dos próprios indígenas. Podem nos permitir entender como o grupo que se julgava dominador ou superior no contato estabelecido com o outro, demonstrava seu poder, expressava sua vitória e a dominação daqueles que subjugava. Essas viagens, então, são vistas como uma das formas através das quais pode se efetuar a apropriação física e simbólica do “outro” americano pelos europeus. Essa perspectiva parte da consideração de que nos conflitos entre portugueses e holandeses no século XVII, o grupo que se considerava vitorioso no confronto, violento ou não, exerce sua vitória através de diversas práticas de punição e incorporação.¹¹ No caso americano aqui abordado pode-se perceber que a apropriação não ficou restrita a escravização das populações nativas e utilização de sua força de trabalho nas atividades agrícolas das colônias. Os conquistadores sentiram-se imbuídos da missão de transformar o “outro” e o mundo em que vivia e isso se efetuiu de diversas formas, desde a destruição de impérios e seu ajuste às necessidades européias, até a catequização. Nesse sentido, também os embarques dos nativos americanos para a Europa são demonstrativos desse processo.

O transporte de nativos americanos para a Europa se inscreve em uma segunda ausência e em uma temática ainda mais ampla, a historiografia sobre cativos na expansão ultramarina iniciada no século XV. Esta é uma temática que tem despertado interesse recentemente na historiografia: os marginais da expansão, os cativos. Marginais pois sua captura demonstra a fragilidade do grupo a que pertencem e, dessa forma, no caso europeu, não se enquadram nos planos de conquista.¹²

Percebe-se claramente uma ausência de trabalhos historiográficos que tenham essas transferências indígenas como tema específico, e isto não pode ser justificado pela falta de documentos. Assim, este trabalho busca suprir uma parcela, mínima, desta lacuna sobre a história da América visando demonstrar que a posse européia sobre o território americano alcançava também seus habitantes nativos. Estes não foram somente tomados como escravos no Novo Mundo, como uma farta bibliografia tem demonstrado, mas tornaram-se um objeto de posse européia, passível do transporte assim como os animais e plantas exóticos encontrados no Novo Mundo. Pensando nessas transferências como práticas da vitória européia, porém, deve-se colocar em evidência que ao tratar de dois grupos antagônicos, europeus e indígenas, estes não estão sendo apontados como grupos homogêneos. Quanto aos europeus, apesar de suas diversas origens, existiam vários aspectos em comum que devem ser levados em conta. Diante da extrema alteridade dos ameríndios, os europeus reconheciam um “outro” diferente dos seus companheiros e também dos seus inimigos tradicionais. Tanto católicos quanto protestantes, os europeus

¹⁰ SCHMITT, Jean-Claude. “A história dos marginais”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 285.

¹¹ DORÉ, Andréa Carla. “Charles Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII”. In: VAINFAS, Ronaldo e MONTEIRO, Rodrigo B. (orgs.). *Império de várias faces. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.

¹² Sobre a temática dos cativos na expansão ultramarina pode-se consultar: OPERÉ, Fernando. *Historias de la frontera: el cautiverio en la América Hispánica*. México: FCE, 2001. COLLEY, Linda. *Captives. Britain Empire and the world, 1600-1850*. New York: Anchor Books, 2002. MARTINEZ TORRES, Antonio. *Prisioneros de los infideles. Vida y rescate de los cautivos cristianos en el Mediterraneo musulmán (siglos XVI-XVII)*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2004. VOIGT, Lisa. *Writing Captivity in the Early Modern Atlantic: circulations of knowledge and authority in the Iberian and English worlds*. University of North Carolina Press, 2009.

sentiram-se no direito de se apropriar dos indígenas. Não podemos descartar a hipótese de que muitos podem ter ido por vontade própria, no entanto, não podiam imaginar o que os esperava do outro lado do Atlântico, e essa vontade não elimina o uso que foi feito deles.

Da mesma forma, os grupos indígenas com os quais os europeus entraram em contato também não eram homogêneos. Todas estas diferenças nos alertam para o fato de que quando colocados esses grupos como vencedores ou vencidos, não se pode fixar tais posições, sem que tenham se alterado ao longo do tempo. Nos conflitos colocavam-se em jogo interesses europeus e também indígenas. Tendo esta reflexão em mente ao analisar os documentos, buscou-se entender de que forma os europeus, ao julgarem-se vencedores nos conflitos com os indígenas, explicitavam sua vitória, punindo-os ou incorporando-os, sem que uma ação excluísse a outra.

As diferenças entre os diversos grupos europeus que aportaram na América refletiram-se nos meios de criação de autoridade no Novo Mundo. Isso pode ser percebido nos documentos aqui analisados: são diversos os tratamentos dados aos indígenas tomados e levados para o Velho Mundo, assim como também difere o tratamento dado aos nativos na própria América. A própria imagem dos indígenas também poderia diferir, dependendo de aspectos como a procedência do observador e sua religião. Dessa forma, entendendo o embarque dos nativos para o Novo Mundo como uma prática de posse, foi necessário buscar entender como os europeus demonstravam o domínio sobre suas novas conquistas.

A análise de Patrícia Seed, em *Cerimônias de Posse na conquista do Novo Mundo (1492-1640)*, aponta como o domínio colonial dependia de práticas cerimoniais que precediam ou sucediam a conquista militar. Nos documentos que descrevem estas cerimônias não são explicadas as razões das ações efetuadas para a tomada de posse. Essas ações baseavam-se em discursos familiares aos conquistadores e que poderiam ser entendidos por seus compatriotas, mas o significado nem sempre era óbvio para os outros europeus.¹³ A autora busca entender porque estas convicções pareceram razoáveis para os membros de um grupo e não para outros grupos.

Stephen Greenblatt, em *Possessões Maravilhosas*, procura demonstrar como a posse do Novo Mundo se deu através das formas de representação européias, entre elas a narrativa.¹⁴ Próximo a essa interpretação encontra-se a de Michel de Certeau, da colonização através da escrita. Porém, antes mesmo que a narrativa e a escrita atingissem seu alcance como agentes da posse, já havia ocorrido a tomada dos nativos americanos e seu embarque para a Europa, num processo que se aliou àquele realizado pela narrativa e pela escrita. Greenblatt, em sua discussão sobre a utilização das práticas representacionais européias na efetivação da posse dos territórios do Novo Mundo, aponta algumas ações empregadas neste sentido. Vestidos com novas roupas, batizados, e aprendendo uma nova língua, os nativos, na ótica européia, perdiam sua condição de índio e tornavam-se civilizados.

A descoberta de novas terras como um presente concedido por Deus aos cristãos implicava um batismo, ou seja, o cancelamento dos nomes indígenas e a atribuição de novas identidades. Esta prática denominadora era bem comum entre os europeus que aportavam na América, a começar por Colombo. A ilha na qual primeiro desembarcou, e que afirma ser conhecida pelos índios como *Guanahani*, passou a chamar-se San Salvador. Com este ato, o navegador deixava claro que não estava batizando uma terra nunca antes nomeada, mas cancelando nomes existentes e fundando o processo de conquista através de

¹³ SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na conquista européia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

¹⁴ GREENBLATT, Stephen. *Possessões Maravilhosas*. São Paulo: Edusp, 1996.

um batismo.¹⁵ Da mesma maneira, a renomeação realizava-se com os indígenas aprisionados em escaramuças com os europeus, como é possível perceber na *História de la Conquista de la Nueva España*, de Bernal Díaz de Castillo. O autor não se preocupa em escrever os nomes originais de Júlian e Melchor, os nativos aprisionados no conflito com os espanhóis no Yucatán e batizados.¹⁶

Logo após o batismo era comum que os nativos recebessem roupas à moda européia. Um verniz de civilização cobria assim o indígena. Atribuía-se um poder de transformação às roupas, como se estas pudessem realmente transformar a identidade nativa, assim como muitas vezes se percebe que o batismo era tido como um ato que sozinho convertia os batizados à nova fé. Segundo Stephen Greenblatt, o batismo e a troca de roupas podem ser tomados como parte de um movimento da ignorância para o conhecimento, ou seja, o enquadramento da nova realidade dentro do universo de discurso europeu para que pudesse ser compreendido.

Por fim, a aprendizagem das línguas européias completava a transformação do indígena e a posse. O processo de aprendizagem linguística demonstra de que forma os europeus se colocavam em relação aos indígenas. Para os conquistadores era necessário que os indígenas aprendessem sua língua tanto por uma questão utilitária, para serem usados como intérpretes na conquista, quanto por uma questão civilizatória, aprender a língua civilizada. Embora possa ser notado nos documentos que os exploradores se frustrassem com a dificuldade de comunicação, geralmente, não há nenhuma tentativa na direção de aprender os idiomas nativos, diferente do que ocorre com os missionários. Para os conquistadores lacunas na interpretação podiam ser interessantes, principalmente nos contatos iniciais, por que davam liberdade de direcionar o discurso em relação a suas intenções. Para os missionários, porém, do diálogo e do entendimento é que dependia a catequese, assim era necessário em um primeiro momento se submeter, aprendendo as línguas nativas, para depois, como implica o *ethos* cristão, transcender, ou nesse caso, dominar.

Uma vez tomada a posse é preciso se perguntar qual a utilização dada a esses seres humanos. Na América, sem os intérpretes a conquista teria sido impossível, embora saibamos que os serviços prestados pelos indígenas foram além da simples tradução. Uma vez transportados para a Europa os indígenas serviram a outros fins, que podemos classificar em duas categorias: o serviço e a exibição. Sem que um excluísse o outro, esses foram os destinos mais frequentes desses nativos, ainda que seja preciso afirmar que existem algumas trajetórias individuais que complexificam esse panorama.

Por fim, também foram levados em consideração os debates suscitados pela radical diferença encontrada no continente americano e que fizeram parte dos conflitos apresentados pelas fontes, legitimando-os ou não. Tais debates foram pautados por questões morais, religiosas e econômicas. Para as Coroas ibéricas, era necessário conciliar suas necessidades econômicas e a ganância dos colonos com as questões teológicas e morais, uma vez que o que concedia legitimidade à posse dos territórios americanos era o compromisso com a evangelização dos pagãos.

Não foi pretensão deste trabalho apresentar uma história na qual os indígenas americanos se submeteram sem reação, assistindo passivos a todas as ações européias em seu meio. No entanto, mesmo diante de documentos que apontam que o embarque e a viagem para a Europa, em alguns casos, foram um desejo do indígena pode-se perceber que essas travessias atlânticas foram muito mais uma expressão do desejo europeu de possuir.

¹⁵ GREENBLATT, *op. cit.*, p. 111.

¹⁶ CASTILLO, *op. cit.*, p. 6.

RELAÇÕES DE COMPADRIO E FAMÍLIA ESCRAVA EM GUARAPUAVA (1842-1863)

Aluno: Alisson dos Santos

Orientadora: Prof.^a Martha Daisson Hameister

Palavras-chave: Família - compadrio - escravidão

O presente estudo presta-se a investigar alguns aspectos da família escrava em uma área de economia voltada para o abastecimento interno, e de escravaria pouco impactada pelo tráfico atlântico. Guarapuava foi uma dessas áreas do Brasil meridional que, mesmo após o término do desembarque de novos escravos africanos e o posterior acirramento do tráfico interprovincial, onde regiões de economias mais dinâmicas e voltadas para as exportações atraíam novos braços cativos¹, conseguiu manter positivo o crescimento de sua população escrava². A família escrava em Guarapuava será analisada, através dos dados existentes nos arquivos eclesiásticos, a partir das relações que os cativos mantinham entre si e em relações aos demais livres da sociedade. Procurará resgatar trajetórias individuais e familiares desses agentes para poder reconstituir as redes de convívio que permeiam a sociedade da época.

Alguns estudos recentes vêm adotando essa perspectiva para o caso paranaense, e no que diz respeito a Guarapuava destacam-se a tese de doutoramento de Fernando Franco Netto³ onde o autor realiza uma pesquisa profunda nos arquivos tais como, listas nominativas, registros paroquiais, inventários *pos-mortem*, relatórios provinciais, etc, elaborando um extenso levantamento demográfico para a região na primeira metade do século XIX, e esmiuçando algumas características da comunidade escrava. Outro estudo que merece destaque é a dissertação de mestrado de Fábio Pontarolo⁴ onde ele reconstituiu a trajetória de pessoas condenadas ao degredo para a região e sua incorporação à sociedade através também das listas nominativas e de outras documentações que lhe permitiram localizar esses indivíduos em meio aos demais livres, índios e escravos.

Tais estudos refletem a riqueza das fontes disponíveis e a possibilidade de se trabalhar quantitativa e qualitativamente. Se num primeiro contato o material parece enfadonho e prolixo, estudos como esses nos mostram que na verdade o exame minucioso e o cruzamento com as mais variadas fontes pode ser revelador das formas de sociabilidade em que os sujeitos ali arrolados estão inseridos.

A ocupação efetiva dos Campos de Guarapuava deu-se a partir de 1810 por força de uma determinação régia que mandava ocupar aquela região a fim não só de tomar posse do território, almejados pelos espanhóis, como dispersar as tribos indígenas da região tidas como *bravias*. Entretanto a fixação definitiva e a criação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava acontece somente em 1821, ficando o primeiro assentamento, o

¹ PEREIRA, M. R. M. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829 – 1889. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. P. 57 – 58. Em seu estudo sobre a rearticulação da sociedade paranaense oitocentista o Prof. Magnus Pereira constata que, com a elevação do preço dos escravos causada pela demanda cafeeira, a mão de obra cativa paranaense sofreu com o tráfico interno para a região causando mudança na estrutura de posse de cativos no Paraná, a que o autor irá chamar de “desagregação do escravismo no Paraná”

² Segundo dados populacionais levantados por NETTO, Fernando Franco. **População e família em Guarapuava no século XIX. Guarapuava**: Unicentro, 2007; a população cativa do local só sentiria o impacto da crise na oferta de mão-de-obra cativa do período pós fim do tráfico atlântico em fins da década de setenta, já no período final da escravatura.

³ NETTO, Fernando Franco. **População e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava: Unicentro, 2007.

⁴ PONTAROLO, Fábio. **Degredo interno e incorporação no Brasil meridional**: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX. Dissertação de mestrado. Paraná: UFPR, 2007.

fortim de Atalaia um posto avançado de vigilância. A ocupação de Guarapuava não contemplava somente o aspecto militar, que a esta altura já havia desviado seu foco mais para o sul no contexto da região da Prata, mas cumpria seu papel de abrir a fronteira agrária desenvolvendo a economia tropeira na região dos Campos Gerais. A extensa região de Castro a Guarapuava poderia assim receber grande incremento nas atividades de pecuária e agricultura, e posteriormente, com a abertura do caminho das Missões, Guarapuava se integraria definitivamente no eixo da economia tropeira que ligava o sul às feiras de Sorocaba.

Um dado de vital importância no estudo do caso de Guarapuava é que esta região se trata de uma fronteira agrária aberta, pois, segundo definição do Prof. Carlos Lima, a disponibilidade de terras cultiváveis e relativamente acessíveis a boa parcela da população teria atraído grandes levas de migrantes pobres e livres de cor à região⁵. Dados relativos ao crescimento populacional da região durante a primeira metade do século XIX corroboram o processo migratório em curso⁶, onde verifica-se uma constante entrada de novos povoadores, principalmente agregados, ou livres pobres.

Por volta de meados do XIX a economia paranaense era caracterizada pelo cultivo e beneficiamento da erva mate, da criação, invernagem e comércio de gado além da produção de alimentos⁷. Essas características davam um matiz particular ao escravismo paranaense, que longe das áreas agro-exportadoras que canalizaram grande parte da demanda escrava para si, principalmente após 1850, com o fim definitivo de novos desembarques.

A família escrava vem recebendo crescente atenção por parte da historiografia recente. O trabalho com as listas nominativas, ou mapas da população em conjunto com outras fontes (inventários post-mortem, registros paroquiais, registros cartorários entre outros), tem tido sucesso como documentos privilegiados para tratar do tema. Entretanto ela também possui suas limitações, e não são poucas. Tomemos o um exemplo: os registros de casamentos. Segundo Hebe Matos de Castro era prática no período colonial os registros de casamento de escravos serem inseridos em volumes distintos das pessoas livres, portanto os livros eclesiásticos substituíam o registro civil e legitimavam direitos individuais e de família⁸. E, se levarmos em conta o número de casamentos entre escravos sancionados pela igreja, teremos que ponderar como fez Stuart Schwartz “o casamento formal na Igreja não era comum entre os escravos, o que não significa que não tivessem família ou que o parentesco não fosse importante em suas vidas.”⁹. Os altos índices de ilegitimidade, encontrados nos registros de batismo ora trabalhados aqui, nos faz levar a crer na existência de muitas uniões ditas consensuais que, no entanto são de difícil alcance pelas fontes trabalhadas.

As fontes primárias utilizadas no trabalho constam de documentos eclesiásticos atualmente arquivados na Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava e, de maneira geral, encontram-se em ótimo estado de conservação e leitura. Servirão de balizas para esse estudo dois levantamentos paroquiais realizados em 1842 e em 1863 pelo clérigo local, o

⁵ LIMA, C. A. M. **Sertanejos e pessoas republicanas livres de cor em Castro e Guaratuba (1801 – 1835)**. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº 2, 2002, pp. 317 – 344. p. 320.

⁶ NETTO, Fernando Franco. op. cit. p.59. O autor faz um levantamento do período de 1828-1840 e chega a cifra de 8,6% de taxa anual geométrica de crescimento da população. Separando por condição social: 7,8%/livre, 6,8%/ escravo, 12,5%/ agregados.

⁷ BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. & WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. 1º volume. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 110.

⁸ MATTOS, H. M. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: **Império: a corte e a modernidade nacional**. Coord. Fernando A. Novais; Org. Luiz Felipe Alencastro.

⁹ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988

cônego Antonio Braga de Araujo¹⁰. São livros de controle eclesiástico denominado Rol de Paroquianos que em sua estrutura é parecido com as listas nominativas de habitantes, muito utilizadas em vários estudos populacionais. Nele são anotados os domicílios (fogos) ordenados por distritos, contendo informações sobre seus ocupantes como, nome, idade, estado civil, cor, condição social, entre outros dados aleatórios como profissão, grau de parentesco, data de falecimento, batismo, etc.

As referidas fontes nos permitem traçar o panorama da sociedade em questão em dois momentos distintos, e no percurso de um ponto a outro analisei os dados de outra fonte de crucial importância para o entendimento da família escrava no Brasil: trata-se do Livro de Assentos de Batizados de Escravos¹¹. Através dos registros nele contidos podemos reconstituir as formas de sociabilidade que envolviam a família escrava. A principal delas é o compadrio, pois numa sociedade centrada no cristianismo, um de seus principais sacramentos, o batismo, é o que confere a inserção do indivíduo no corpo social, estabelecendo uma relação parental, e espiritual entre padrinhos e batizados e seus pais¹². Informações importantes acerca das ligações estabelecidas entre os envolvidos podem ser extraídas desses documentos como, nome, data de nascimento, estado civil, condição social dos pais, de seus proprietários, padrinhos, proprietários dos padrinhos, se escravo, relações parentais entre padrinhos, etc.

Sob o regime do padroado grande parte da burocracia estatal tinha ficado sob a responsabilidade da Igreja, o registro dos nascimentos, bem como dos casamentos e óbitos, tradicionalmente vinham sendo anotados pelo clero. Em relação aos batismos, desde 1707, com a promulgação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, legislação canônica que dispunha sobre a aplicação das normas eclesiásticas à realidade colonial, a Igreja impunha requisitos mínimos para a validade do ato. Dessa forma percebemos a existência de muitos registros de batismo onde consta a anotação de “pai incógnito”, ou seja, filhos fruto de uma união não sancionada pela Igreja através do matrimônio Católico. Vemos em nossas fontes que o pároco que redigia os documentos, Antonio Braga de Araujo, serviu de padrinho em dois momentos, o que não era permitido pela regulamentação da Bahia. Em recente estudo sobre o compadrio em Palmeira, Monique Seidel encontrou 132 assentos batismais onde, na ausência da madrinha, um segundo padrinho apadrinhava o inocente, o que também destoava da norma eclesiástica¹³.

Para melhor extrair os resultados das fontes transcritas¹⁴, foram montados quadros no programa Microsoft Excel a fim de tabular os dados dos registros de batismos com maior precisão. Em alguns momentos foi necessário recorrer aos róis de paroquianos para cruzamento de informações e esclarecimentos de dúvidas que surgiram. De um total de 231 registros analisados nesse estudo, a grande maioria, em 177 casos, pode ser classificada como filhos de pai incógnito, ou filhos naturais. Entretanto essa constatação não elimina a

¹⁰ *Rol dos Paroquianos da Freguesia de Belém de Guarapuava, durante o Paroquiato do Padre Antonio Braga de Araújo (1842)*. Arquivo Eclesiástico da Catedral Nossa Senhora de Belém, Guarapuava, PR, s/p.

Rol dos Paroquianos da Freguesia de Belém de Guarapuava, durante o Paroquiato do Padre Antonio Braga de Araújo (1863). Arquivo Eclesiástico da Catedral Nossa Senhora de Belém, Guarapuava, PR, fls. 01-143.

¹¹ *Assentos de escravos (Batizados, Casamentos e Óbitos)*. Arquivo Eclesiástico da Catedral Nossa Senhora de Belém, Guarapuava, PR. Livro 3B, fls. 01-198.

¹² FLORENTINO, Manolo & GÓES, José R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997. p. 92. Os autores argumentam que os laços de compadrio foram utilizados pelos escravos como estratégia de coesão.

¹³ SEIDEL, Monique A. *O Compadrio Escravo na Freguesia de Palmeira: Perspectivas e Trajetórias (1831-1850)*. Monografia de conclusão de curso de História, UFPR 2010.

¹⁴ Parte das fontes foi transcrita como resultado do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do Brasil da grade curricular do curso, ministrada pelo Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva.

possibilidade de que esses filhos possam ter pais conhecidos pela sociedade, mas não pela documentação oficial. A falta de pai declarado não suprime a existência da família escrava estável, como sugere o pioneiro estudo de Manolo Florentino e João Fragoso¹⁵ onde os autores rebatem as idéias que colocam família escrava e tráfico como excludentes. Numa área de economia de *plantation* como é o caso de Paraíba do Sul, no vale do rio Paraíba, cafeeiro, os autores constataram que a existência de famílias escravas estáveis é um dado primordial na hora da compra e venda ou na partilha pelos herdeiros. Sem dúvida a localização de Guarapuava, longe dos centros voláteis da economia, em relação aos planteis escravos, contribui para a melhor configuração das famílias cativas. Outro dado importante, e que corrobora a estabilidade familiar nos planteis é a apuração do intervalo entre os nascimentos dos filhos da mesma mãe. Resultados próximos a uma média de dois ou três anos denotam a existência de uniões consensuais, uma vez que em uniões legitimadas, mesmo entre os livres, encontraremos resultados iguais.

Analisando os padrões de escolha dos padrinhos, salta aos olhos a esmagadora preferência por pessoas livres como padrinhos. Essa tendência é ponto comum em diversos estudos sobre o compadrio em áreas onde as escravarias são pouco numerosas em relação a outras áreas do Brasil Império de economia mais dinâmicas. Esse padrão de escolha pode estar ligado às expectativas e estratégias levadas a cabo pelos escravos no momento da escolha dos padrinhos. Um padrinho livre teria melhores condições materiais para auxiliar seu afiliado quando ele precisasse. De outra forma a escolha poderia ter partido de seu senhor na tentativa de estreitar laços com certa pessoa ou família. Em Guarapuava as possibilidades de formação de relações parentais, sejam consanguíneas ou espirituais, foram concretas durante o período analisado.

Para exemplificar destacamos a trajetória do casal de padrinhos que mais estiveram presentes ante a pia batismal: Miguel e Libânia Fernandes, ele escravo e ela liberta. Miguel batizou na condição de escravo seis crianças, cinco em conjunto com sua esposa Libânia. A partir de 1857 ele reaparece na condição de liberto, e com o nome de Miguel de Sousa Meneses (diferentemente da condição de escravo, que comumente era anotado apenas com o primeiro nome), batizando, até 1861, outros quatro cativos. Sua esposa liberta batizou nove inocentes, sendo que em duas ocasiões ela figura como madrinha única. Embora a eleição dos padrinhos recaísse com mais frequência entre os livres, esse casal com passagens pela escravidão demonstrou que outros arranjos eram possíveis, e que certamente o apadrinhamento de tantos cativos lhes conferiam um *status* diferenciado na comunidade. Verificando o rol de paroquianos de 1863 pude constatar que, no domicílio de sua filha Leopoldina Vittalina de Souza, ao lado dos dados de seu marido consta a informação “genro do finado mestre Miguel”, o que denota que provavelmente ele dominava algum ofício, que lhe dava algum prestígio, e nessa condição supomos que pôde auferir algum ganho para comprar sua própria alforria.

Com relação aos registros batismais de filhos de casais legítimos levantamos o numeral de 52 anotações totalizando 22,5% de nossa amostra, verificamos também que apenas 12 casais fazem parte desse grupo. Destacam-se nesse grupo dois casais Benedito e Basília, e Domingos e Maria, que respectivamente batizaram 10 e 08 de seus filhos no período. Ao verificarmos a condição social dos padrinhos escolhidos temos que em 35 desses casos os padrinhos foram escolhidos no universo dos livres. Em sete casos os padrinhos são escravos, e em outros sete casos temos a configuração padrinho escravo e madrinha liberta, e em três casos padrinho livre e madrinha escrava. Para os batizados de

¹⁵ FRAGOSO, João Luís Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia. **Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda**: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). Estudos Econômicos, vol. 17, n. 2, 1987. p. 156. Para a década de 1870 os autores confirmaram, utilizando inventários *post-mortem*, a existência de 56,3 de escravos com ligações parentais.

filhos naturais, sem o conhecimento do pai, temos 11 casos de casais escravos apadrinhando, dois casos de padrinho escravo e madrinha liberta, quatro escravos com padrinho único e cativo e dois de madrinha única, um caso de casal de libertos, um de liberto e escrava. Outros 152 batismos têm a presença de pelo menos um livre entre os padrinhos.

Os dados apresentados têm semelhanças e disparidades com outros estudos sobre o compadrio escravo em áreas com plantéis diminutos. Em pesquisa comparada sobre o compadrio em Curitiba e na Bahia, Stuart Schwartz argumenta que em nenhum batismo o padrinho foi o próprio senhor dos escravos para o caso curitibano, o que coincide com o caso guarapuavano. Entretanto o autor afirma que raramente os padrinhos tinham laços de parentesco com o senhor dos escravos, o que para nossa especificidade não procede¹⁶. Também há um grande número de senhores de outros escravos apadrinhando, talvez em razão da característica de pequenos plantéis existentes em Guarapuava.

Portanto é preciso compreender as especificidades do caso de Guarapuava, levando em consideração não só o evidente argumento de se tratar de uma economia voltada para o mercado interno, mas compreender os significados da fronteira agrária aberta e sua relação com essa dinâmica demográfica peculiar.

¹⁶ SCHWARTZ, Stuart. B. “Abrindo a roda da família: Compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

JOSÉ FERNANDES LOUREIRO: UM IMIGRANTE PORTUGUÊS EM CURITIBA (1860-1908)

Aluna: Milena Woitovicz Cardoso

Orientadora: Prof.^a Roseli Boschilia

Palavras-chave: imigração; micro-história; História do Paraná.

O presente estudo enfoca a trajetória do um imigrante português José Fernandes Loureiro, que se radicou em Curitiba na segunda metade do século XIX. Este imigrante, que era conhecido como José Nabo, foi comerciante, constituiu família e estabeleceu relações sociais, econômicas e culturais na capital paranaense.

Disso surge uma importante questão: por que focar esse imigrante em especial? Ocorre que José Fernandes Loureiro, como muitos outros imigrantes portugueses, vindos da região Norte, saiu de seu país em busca de um futuro melhor. A partida dos portugueses dessa região, segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo, foi causada pela multiplicação das pequenas áreas de região agrícola que tiveram sua superfície reduzida em cada unidade.¹

Grande parte dos imigrantes portugueses que se dirigia ao Brasil pretendia conquistar prosperidade, para retornar e comprar uma propriedade em seu país de origem. Tal propósito nem sempre era alcançado, mas influenciava os lusitanos fixados no Brasil a enviar poupanças às famílias, como menciona Miriam Halpern Pereira,² uma vez que a maioria deles vinha sozinha, deixando seus familiares em Portugal.

Assim, esses imigrantes visavam se fixar no meio urbano atuando principalmente no comércio, bem como, trabalhando como puxadores de carrinhos de transportes, nos bondes (como motorneiros, condutores, cobradores e fiscais), nas ferrovias, nas companhias de navegação, nas lavanderias e na costura, como afirma Lobo.³

Ao conseguir certa estabilidade econômica, os portugueses procuravam se casar, dando preferência às mulheres que tinham alguma ascendência lusitana, pois eram poucas as portuguesas que imigravam, impossibilitando o estabelecimento de laços exclusivos entre portugueses.⁴ Outro comportamento comum entre os imigrantes era inserir-se na sociedade de acolhimento, participando de associações comerciais, beneficentes e culturais.

Tendo isso em vista, procurou-se delinear o percurso de José Fernandes Loureiro em Curitiba baseada na seguinte problemática: Quais os mecanismos que esse imigrante português utilizou para alcançar prosperidade e prestígio social?

Para tanto, foram utilizados como fonte os seguintes documentos: o jornal “O Commercio”, referente à primeira década do século XX; o contrato social da sociedade Fernandes, Loureiro e Cia dos anos 1886 e 1890; os livros contábeis da sociedade Fernandes, Loureiro e Cia (7 livros de balanço); livros de assento de casamento da Catedral Basílica Menor de Curitiba; livro Genealogia Paranaense; carta de autoria de José Loureiro de Ascensão Fernandes; testamento de José Fernandes Loureiro; relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba; livro Memória da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba; documentos da Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro

¹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 18.

² PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Revisão técnica de Maria Helena Ribeiro da Cunha. Bauru (SP); Portugal: Edusc; Instituto Camões, 2002. p. 19.

³ LOBO, op. cit., p. 33; 39.

⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Introdução. In: _____. **Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil: 1850-1938**. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-brasileiras; Editorial Nórdica, 1992. p. XXIV; FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX). **Portuguese Studies Review**, Trent (Canadá), 2002, v. 10, n. 1, p. 80. Disponível em: <<http://www.trentu.ca/admin/publications/psr/sample/1012.pdf>>. Acesso em 16 dez. 2010.

(SPBPD); informações sobre as lojas de maçonaria em Curitiba; e o livro *Curiosidades Históricas da Irmandade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais da Vila de Curitiba*.

Por intermédio das informações colhidas nas fontes, foi possível perceber as três inserções (econômica, familiar e sociocultural) que os imigrantes portugueses estabeleciam na sociedade receptora. No caso desse trabalho, pode-se resumir assim: José Fernandes Loureiro, como muitos outros imigrantes lusitanos, atuou no comércio; casou-se com uma descendente de portugueses, neta de um importante capitalista da erva-mate; estabeleceu vínculos sociais e culturais na cidade de Curitiba.

Com isso tudo, para a realização desse estudo foi feita a contextualização da imigração portuguesa no Brasil e no Paraná. Posteriormente, tratou-se do referencial teórico, enfocando a História Cultural com base nas discussões realizadas por Peter Burke e Ronaldo Vainfas, para então mencionar a micro-história considerando os estudos de Giovani Levi, Jacques Revel e Ronaldo Vainfas. Em virtude do trabalho se centrar em uma trajetória de vida, foram mostradas argumentações sobre o uso da biografia nos estudos de História realizadas por Pierre Bourdieu, Giovanni Levi, Sabina Loriga, François Dosse e Vavy Pacheco Borges. Então, analisaram-se as três esferas (econômica, familiar, sociocultural) nas quais José Fernandes Loureiro se inseriu. Ou seja, a análise das fontes e suas evidências sob a luz das discussões apresentadas nos capítulos antecedentes.

Com isso, cabe apresentar alguns apontamentos sobre a vida de José Fernandes Loureiro. Ele nasceu em Portugal, na freguesia de Bodiosa, provavelmente no ano de 1839, e com 20 anos de idade veio para o Brasil “para iniciar sua brilhante carreira commercial”.⁵

Assim que se estabeleceu em Curitiba, por volta de 1860, ele instalou sua casa de comércio conhecida como “Casa de José Nabo”, que posteriormente se tornou “José Fernandes e Cia”.

Em 1863, se casou com Amélia Joaquina de Campos, neta de importante industrial da erva-mate de origem portuguesa. Esse fato já indica que José Fernandes Loureiro estava bem relacionado na sociedade local. Ocorre que há outros indicativos disso, como sua inserção sociocultural em sua participação na SPBPD, Clube Curitibano, na Irmandade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais da Vila de Curitiba, na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, nas lojas maçônicas Apóstolo da Caridade e Fraternidade Paranaense. Relevante mencionar que também há fortes indícios de relação de amizade entre José Fernandes Loureiro e Ildefonso Pereira Correia, conhecido como Barão do Serro Azul.

No decorrer do século XIX, a economia provincial foi dominada pela exportação de erva-mate e o comércio de tropas muares.⁶ Segundo Ruy Wachowicz, a partir da segunda década desse século, ampliou-se a produção de erva-mate que passou a ser beneficiada no planalto de Curitiba, não mais no litoral como antes. Então a cidade começou a se desenvolver tendo como principal centro urbano o Pátio da Matriz, sendo que surgiram novas e importantes vias urbanas, com destaque para a Rua do Jogo da Bola (atual Dr. Muricy), a dos Lisboa (Riachuelo) e a das Flores (XV de Novembro).⁷ Foi na Rua das Flores que José Fernandes Loureiro estabeleceu sua casa comercial, sendo que em 1880, ele possuía um sobrado onde também morava com sua família.⁸

⁵ FERNANDES, José Loureiro. [Carta ao redator do *Jornal Dia*]. [Curitiba]: [s. n.], [ca.1932], p.1.

⁶ MACHADO, Brasil Pinheiro. Economia provincial. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: Graphipar, 1969. v.I. p. 130-131.

⁷ WACHOWICZ, Ruy. História das histórias da Rua XV. *Nicolau*, Curitiba, set.-out. 1994, v. 8, n. 55. Memória, p. 8.

⁸ CARNEIRO, David. A atual Rua XV de Novembro ao tempo da vinda de D. Pedro II. *Gazeta do Povo*, [Curitiba], 23 set. 1979. p. 10.

Pode-se afirmar, com base no contrato social de 1886, que a empresa José Fernandes Loureiro e Cia tinha como finalidade a compra e venda de fazendas, molhados, ferragens, armarinhos e outras mercadorias nacionais ou importadas.⁹ Nessa fonte está mencionado os nomes dos sócios da firma: Manoel de Ascensão Fernandes e Alfredo Fernandes de Oliveira, ambos portugueses.

Ainda sobre a vida econômica desse imigrante, pode-se notar que ele alcançou prosperidade nessa área, pois nos livros de balanço analisados nota-se ampla diversidade de categorias de produtos em estoque, bem como, a quantidade de nomes inserida na lista de devedores presentes nesses (exceto os dos anos 1900 e 1903) que ultrapassava uma centena. E mais, a loja deve ter prosperado visto que o capital social descrito no contrato de 1886 era de oitenta contos de réis e, no contrato de 1890, passou a ser cento e sessenta e dois contos de réis já integralizados na sociedade. Outra evidência disso é a quantidade de anúncios presentes nos jornais da época. No jornal enfocado (O Commercio) praticamente todos os exemplares de 1900 traziam anúncios da “Casa do José Nabo” e/ou “Fernandes, Loureiro e Cia” de variados tamanhos com menções explícitas a loja ou apenas dos produtos comercializados. Todos os produtos anunciados eram remédios.

A atividade comercial de José Fernandes Loureiro não se restringia a sua loja, pois ele também assumiu, em 1890, cargo de direção da Companhia Impressora Paranaense. Provavelmente essa sua vinculação a essa tipografia se deveu a sua relação com Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul que estava no Conselho Fiscal dessa sociedade por ações.¹⁰ Tanto que ambos estavam envolvidos na “Junta/Comissões do Comércio” durante a Revolução Federalista de 1894.¹¹ Sobre sua relação com o Barão, vale a pena mencionar que ambos foram fundadores da Associação Comercial do Paraná e, em 1882, do Clube Curitibano.

Em 1906, José Fernandes Loureiro estava na direção do Banco Commercial do Paraná, sociedade anônima bancária por ações constituída em 14 de abril do mesmo ano, que tinha 110 sócios.¹²

Por isso conclui-se que esse indivíduo conseguiu prosperar seguindo a mitologia da fortuna exposta por Pereira¹³, se fixou em meio urbano se dedicando ao comércio como muitos imigrantes portugueses conforme mencionam Lobo¹⁴, Bastos¹⁵, Silva¹⁶ e Boschilia¹⁷. Sendo que ele comercializava todos os ramos identificados por Menezes e Cipriano¹⁸, ou seja, tecidos e roupas, gêneros alimentícios secos e molhados, bem como, realizava operações financeiras (a empresa possuía contatos com vários bancos).

⁹ JUNTA COMERCIAL do Rio de Janeiro. **Contracto n. 1**, 19 jan. 1886.

¹⁰ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Dezenove de dezembro - Impressora Paranaense. In: _____. Curitiba: Chain, Banco do Estado do Paraná, 1991. p. 125.

¹¹ FERNANDES, José Loureiro. A “Comissão do Comércio de Curitiba” na Revolução de 1894. In: Congresso da História da Revolução de 1894, 1., Curitiba. **Anais do Primeiro Congresso da História da Revolução de 1894**, Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1944. p. 279.

¹² BRASIL. Sociedades Anonymas: Banco Commercial do Paraná. In: _____. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1906. p. 2140.

¹³ PEREIRA, 2002, p.45-54.

¹⁴ LOBO, 2001, p. 31-54

¹⁵ BASTOS, Sênia. Negociantes e caixeiros na cidade de São Paulo em meados do século 19. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexander. **Deslocamentos e história: os portugueses**. Bauru, SP: Edusc, 2008. p. 136.

¹⁶ SILVA, 1992, p. 48.

¹⁷ BOSCHILIA, Roseli. A sociedade portuguesa em Curitiba: um projeto identitário (1878-1900). In: MATOS, SOUSA, HECKER, 2008. p.345.

¹⁸ MENEZES, Lená Medeiros de; CYPRIANO, Paula Leitão. Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870). In: MATOS, SOUSA, HECKER, 2008. p.109.

A respeito da vida privada, pode-se dizer que em 1863, ele se casou com Amélia Joaquina de Campos cuja avó materna era filha de português com uma curitibana. Enquanto que o pai da primeira era português.¹⁹ Após enviuvar, esse lusitano contraiu matrimônio com sua cunhada Messias Aurelia de Campos, em abril de 1885.²⁰

O significativo lapso temporal entre a fixação desse sujeito na capital paranaense e o seu casamento pode indicar a tendência dos imigrantes em procurar se estabelecer no seu trabalho, conseguir alguma renda para seu sustento para depois estabelecer vínculos familiares na cidade de destino. De certa forma, o casamento que, muitas vezes, era realizado com mulher nascida no Brasil, representaria um obstáculo para o ideal de retorno a Portugal. Isso porque a presença de familiares em território brasileiro favoreceria a permanência dos imigrantes em geral.

O casamento com Amélia Joaquina gerou quatro filhas: Julia, Julieta, Josephina e Juvelina. Sendo que Julieta casou-se com o português Manoel de Ascensão Fernandes (que era sócio de seu pai na sociedade Fernandes, Loureiro e Cia.), Julia com José Carvalho de Oliveira (filho de português que fora sócio-fundador da Sociedade Portuguesa Beneficente 1º de Dezembro, fazendeiro de café no norte do Paraná), Josephina com Adelio Paulino de Siqueira (natural da Lapa) e Juvelina com Augusto Loureiro (luso-brasileiro que era seu primo).²¹

Com isso tudo, percebe-se que no âmbito privado os imigrantes portugueses davam preferência às relações com portugueses e com luso-brasileiros, fato esse explicitado nos casamentos realizados por José Fernandes Loureiro e suas filhas.

A questão de retorno a Portugal está igualmente presente na trajetória desse sujeito, pois em 25 de junho de 1900 ele comunicou o retorno de viagem a Portugal após muitos meses.²² Cabe destacar que ele estava nesse país mais uma vez quando faleceu em 1908.²³

Pelo seu testamento pode-se inferir que ele prosperou, pois nesse documento estão enumerados sete bens imóveis e valores que totalizam 55 contos de réis. Frisa-se que a maioria dos bens fora destinada aos netos, sendo que enquanto menores os bens seriam de usufruto de seus pais (filhas e genros de Loureiro). E as rendas provenientes dos imóveis e das apólices legados por José Fernandes Loureiro teriam 3/4 destinados a sua esposa Messias. Isso demonstra a preocupação desse imigrante com a mulher na ocasião da morte dele, pois eles não tiveram filhos e provavelmente teria seu estilo de vida afetado após a morte do esposo, tendo que esperar a ajuda da família para seu sustento.

No final do testamento, é apresentado o desejo expresso de José Fernandes Loureiro de construir um mausoléu no cemitério de Curitiba (atual Cemitério Municipal São Francisco) destinado aos restos mortais de sua falecida esposa e de seus netos. Para esse local também foram transferidos seus restos mortais em 1911.

Cumprе ressaltar que às doações a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e aos pobres denota a tradição dos portugueses, comentada por Lobo, de fazer legados a Santa

¹⁹ NEGRÃO, Francisco. **Título Corrêa Bittencourt**. In: _____. Genealogia paranaense. v. 5. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1946. p. 14-15; 19; 23.

²⁰ Ibid., p. 25; LOUREIRO, José Fernandes. Testamento. In: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Auto de testamento em que é José Fernandes Loureiro Fallicido** (autos n. 752/1908). Curitiba: [s.n.], 1908. p. 2.

²¹ NEGRÃO, 1946, p. 23-24; CARNEIRO, 1979, p. 10; PASSOS, Giseli Cristina dos. **A presença dos imigrantes portugueses no Paraná na segunda metade do século XIX**. 63 f. Monografia (Curso de Licenciatura e Bacharelado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

²² J. FERNANDES Loureiro. **O Commercio**, Curitiba, ano 1, n. 97, p. 1, 26 jun. 1900.

²³ FALLECIMENTO. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano XI, p. 1, 30 jun. 1908; J. FERNANDES Loureiro. **A República**, Curitiba, ano XXIII, n. 157, p. 1, 7 jul. 1908.

Casa em seus testamentos.²⁴ Importante notar que a Câmara Municipal e as irmandades de caridade e confrarias laicas, sendo a mais importante a Santa Casa, segundo Charles R. Boxer, eram pilares da sociedade colonial portuguesa²⁵. Esse autor afirma que os membros da Câmara e da Misericórdia eram de extratos sociais idênticos e constituíam elites coloniais.²⁶ Sendo esse quadro sintetizado pelo seguinte provérbio alentejano: “Quem não está na Câmara está na Misericórdia”.²⁷

Situação que José Fernandes Loureiro vivenciou, pois na década de 1890 ele foi vereador em Curitiba²⁸, ocupou a função de provedor da Santa Casa de Misericórdia de 1887 a 1889 e atuou como tesoureiro dessa instituição.²⁹ Importante notar que o cargo conferia elevado status social ao seu ocupante³⁰ e que a caridade prestada por essa irmandade se estendia amplamente aos pobres e necessitados, diferente das outras irmandades que restringiam suas atividades caritativas aos seus membros e familiares.³¹

Um exemplo disso é a Irmandade da Nossa Senhora da Luz dos Pinhais da vila de Curitiba, da qual José Fernandes Loureiro também fazia parte.³² Essa irmandade arrecadava fundos que foram destinados a construção da capela mor e a outras obras na Igreja.

Lobo afirma que os imigrantes lusitanos tinham grande sentido de cooperação e solidariedade.³³ Era esse o ideal da Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro (SBPPD). Sendo que seus objetivos eram: exercer a caridade ou proteger os portugueses.³⁴ Segundo Boschilia, o grupo responsável pela criação da SBPPD, em 1878, era constituído por portugueses que haviam se estabelecido há algum tempo no Paraná e que possuíam fortes vínculos com o setor comercial.³⁵ Esse era o caso de José Fernandes Loureiro, que foi um dos fundadores e presidente nos anos de 1878 e 1898 dessa sociedade.

O prestígio social era uma característica das pessoas que integravam a maçonaria. Ocorre que José Fernandes Loureiro, como um dos homens importantes de sua época, também participou da maçonaria através das Lojas Apóstolo da Caridade e da Fraternidade Paranaense. Sendo que em ambas ele foi um dos membros fundadores.³⁶

Por fim, ressalta-se que o presente estudo sobre a trajetória de um sujeito que traduz o perfil dos imigrantes portugueses e é representativo de uma parcela desses, daqueles que também alcançaram prestígio e fortuna.

²⁴ LOBO, 2001, p. 103.

²⁵ BOXER, Charles R. Conselhos municipais e irmãos de caridade. In: _____. **O Império marítimo português: 1415-1825**. Tradução de Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 286.

²⁶ Ibid., p. 286.

²⁷ Ibid., p. 299.

²⁸ Rua José Loureiro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 nov. 2007. Classificados, Ruas de Curitiba, p. 3

²⁹ GARCIA, Antônio. Família Loureiro Fernandes. In: _____. **Dr. Loureiro Fernandes: médico e cientista; antropologia e etnologia**. Curitiba: Vozes, 2000. p.197; CARDOSO, 2005.

³⁰ BOXER, op. cit., p. 302.

³¹ Ibid., p. 305.

³² [Irmão 628] In: ALMEIDA, Nely Lidia Valente. **Curiosidades Históricas da Irmandade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais da Vila de Curitiba**. [Curitiba]: [s.n.], 1975.

³³ LOBO, 2001, p. 105.

³⁴ SOCIEDADE Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro. **Estatutos da Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro**. Curitiba: [s. n.], 1878. Arquivo Público do Paraná.

³⁵ BOSCHILIA, 2008, p.346.

³⁶ MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. **Loja Apóstolo da Caridade nº 0.344**. Disponível em: <<http://www.museumaconicoparanaense.com>>. Acesso em: 18 maio 2010; MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. **Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555**. Disponível em: <<http://www.museumaconicoparanaense.com>>. Acesso em: 18 maio 2010

Banca 3

Resumos

O CASAMENTO SEGUNDO O TEATRO DE CORDEL EM PORTUGAL (1783-1794)

Aluna: Elizabeth Pereira Alves da Fonseca

Orientador: Prof. Magnus Roberto de Mello Pereira

Palavras-chave: Casamento arranjado; Teatro de cordel; Práticas sociais.

O fenômeno do cosmopolitismo, e da revolução industrial, operou mudanças significativas nas relações humanas no decorrer do século das luzes. A reorganização dos espaços, o predomínio de códigos de polidez, a crescente alfabetização, aos poucos, transformava a sociedade, os costumes, e o cotidiano da vida familiar. Acompanhando a onda de reação ao tradicionalismo e ao ordenamento natural da sociedade, o teatro se destacou como lugar de expressão e representação das ações possíveis¹, ou ainda, "lugar onde se vê".

Segundo Leon Moussinac, o século das luzes significou, em particular, o triunfo da comédia², modelo bem apreciado pelas platéias de todas as classes. Opondo-se à tragédia e ao drama, o teatro cômico emergiu herdeiro de uma tradição teatral resultante do predomínio e da inspiração que a *comédia dell'arte* exercia sobre a dramaturgia. A abordagem improvisada de assuntos ligados ao dia a dia da sociedade, aos costumes, a obtenção de riqueza, a sexualidade, ao trabalho, eram reforçados e desdenhados pelo elemento cômico. A eficiência e preponderância de seu formato resultaram em larga influência em diversas companhias teatrais por toda Europa³.

Na França, berço de novas perspectivas políticas e sociais, Molière foi acentuadamente influenciado pela *comédie italienne*. O autor reformulou o gênero quanto à sua forma improvisada dando-lhe forma textual para representação em teatros fechados⁴. Empreendeu, pela primeira vez, usar de temas relativos ao cotidiano e aos costumes da sociedade construindo uma comédia nova, diferente do modelo clássico da alta comédia, e, diferente também da comédia popular italiana⁵, inaugurando, assim, a comédia de costumes.

No decorrer do seiscentos, e início do setecentos, na Itália, a pompa barroca operística e a comédia improvisada dominavam os palcos. Contudo, esta última tornara-se repetitiva e decadente, chegando ao fim⁶. Preocupado em salvaguardar o espaço teatral italiano, Carlo Goldoni, de certa forma, inspirado pela comédia de costumes de Molière, desejou questionar o mundo que o rodeava, propondo a reforma do teatro cômico italiano, dominado até aquele momento pela *commedia dell'arte*. Suas peças exploraram questões presentes no cotidiano, como: o problema da educação feminina, e o papel social da mulher na cultura⁷.

Na segunda metade do século XVIII, o teatro espanhol conheceu a obra de Leandro Fernández de Moratín, propondo a reforma daquele ultrapassado modelo cômico. Moratín, a exemplo de outros dramaturgos, buscou um modelo novo de comédia ancorado no uso de elementos do cotidiano, situações particulares, pessoas comuns.

¹ ROUBINE, Jean-Jacques. *Introdução às grandes teorias do teatro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 15.

² *Ibidem*, p. 280.

³ VENDRAMINI, José E. *A commedia dell'arte e sua reoperacionalização*. Trans/Form/Ação, Marília, v. 24, n. 1, 2001. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/trans/v24n1/v24n1a04.pdf> >

⁴ GASSNER, John. Op. Cit., 1974, p. 336.

⁵ *Ibidem*, p. 337.

⁶ BROCKETT, Oscar G. *The Theatre an introduction*. United States of America: Holt, Rinheart and Winston, Inc, 1964, p. 212.

⁷ RODRÍGUEZ GÓMEZ, J. Inês. *Representacion Del Mundo Femenino em El Universo Teatral de Carlo Goldoni*. Cuadernos de Filologia. Anejo L (2002) 339-350.

Em Portugal, o desenvolvimento geral da história do teatro foi semelhante ao que ocorreu no restante da Europa. Na segunda metade do século XVIII, a tentativa de reformulação da cena teatral esteve nas mãos da Arcádia Lusitana, “Inutilia truncat”, fundada após o terremoto, em 1755. Os homens cultos, os poetas árcades, ambicionavam uma discussão estética das obras dramáticas, quer fossem originais ou traduções, tentando retomar o bom gosto e o equilíbrio dos moldes clássico-renascentistas⁸, e, principalmente, pretendiam libertar o teatro português da influência hispânica, assim como da influência italiana⁹, particularmente.

Enquanto transcorria este movimento de reação ao tradicionalismo dramático, o teatro português desenvolveu um formato teatral estreitamente ligado à comédia de costumes, o Entremez.

O Entremez foi um modelo teatral cômico muito representado em Lisboa, e seu inegável êxito e propagação durante o século XVIII, são constatados pelo número substancial de peças disponíveis para pesquisa, não obstante o significativo conteúdo permaneça quase ignorado pelos estudiosos da dramaturgia. O mote principal deste formato consistia na ousadia da abordagem de temas cotidianos, e ferrenha crítica as práticas sociais da sociedade de corte. O desenvolvimento deste gênero específico, compartilhado com a Espanha, ficaria também conhecido como teatro de cordel. A particularidade inerente ao teatro de cordel está ligada ao fato de poder, ou não, destinar-se à encenação, o que atende a uma característica própria da arte dramática. Em Portugal, a popularidade do entremez foi notável. A adaptação ao gosto português associou o caráter crítico dirigido às relações afetivas da sociedade do antigo regime à contestação da prática do casamento arranjado, e a sátira aos costumes da nobreza. Tal como a comédia de costumes, o entremez buscou suscitar questões referentes às práticas costumeiras da sociedade do antigo regime como: o comportamento dos jovens, o papel econômico e social das esposas, a honra da casa, enfim, escarafunchar o ambiente privado e familiar doutrinando e incitando a opinião pública com toques de realismo.

O entremez não deixou de preservar princípios intrínsecos à comicidade, pois está estruturado de acordo com os elementos básicos componentes do texto teatral cômico, apresentando intrigas e linguagem peculiares¹⁰. A narrativa predominante no entremez se desenvolve linearmente obedecendo à regra aristotélica das três unidades: tempo, espaço e ação. Embora a comédia (peça longa), se dividisse em diversos atos, e inúmeras cenas, o entremez consiste em um só ato, o que não interferia na unidade de ação. Um mecanismo chave da comicidade do entremez está na nomeação das personagens. De acordo com María José Martínez Lopez, a questão da nomeação caricata, além de valorizar a perspectiva cômica, também tem por objetivo a rápida identificação dos tipos constantes no elenco.

Faz parte da organização e estruturação do texto teatral articular elementos que prendam a atenção do público pela similaridade com a vivência social¹¹, não se restringindo a acontecimentos isolados, podendo revelar indícios das práticas costumeiras do antigo regime. É preciso lembrar que o entremez enquanto produção teatral ou literária esteve submetido à apreciação da censura, assim como toda obra literária da época. A despeito da atuação vigilante da censura os autores anônimos do entremez encontraram no casamento um ardil competente para atacar as deficiências e os vícios da sociedade.

⁸ CAVALCANTI, C. *Arcadismo: a cifra libertária*. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOLOGIA, 2008, Rio de Janeiro, p. 35.

⁹ CARREIRA, Laureano. *O Teatro e Censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 18.

¹⁰ *Ibidem*, p. 20.

¹¹ RYNGAERT, Jean-Pierre *Introdução à análise do teatro*. SP: Martins Fontes, 1996, p. 37.

Precisamente a sociedade do antigo regime, constituinte da crescente sociabilidade do século XVIII, onde as visitas, assembléias, heranças, e dotes corporificavam uma rede de relações sociais destinada a compor uma aliança de opostos¹².

A apresentação do casamento entremez se desdobra em várias circunstâncias dispostas de forma ambígua: enquanto o tradicional casamento arranjado, uma prática antiga e comum à sociedade de corte; e, enquanto casamento pela livre escolha dos noivos. As duas vertentes matrimoniais mostram evidências de práticas sociais constituintes de “um constante dar-e-receber”¹³. Esteio de um sistema de trocas que abrangia toda sociedade do antigo regime. Assim, as trocas não eram apenas materiais podendo se estender à troca de valores morais e sentimentais. Primeiramente convém esclarecermos que o casamento abordado pelo entremez é o casamento tradicional, católico, regulamentado pelo Concílio de Trento, em 1563, onde ficou decidido que o casamento era um sacramento, monogâmico e indissolúvel, acerca do qual a Igreja tinha autoridade exclusiva, e o estado de virgindade era superior ao estado de casado¹⁴.

O entremez apresenta o casamento como um jogo de forças tenso e conflituoso entre pais e filhos, por vezes, enfatizando valores materiais, por vezes, demonstrando um objetivo moral. Nas sociedades do antigo regime o casamento tradicional era a base de uma família patriarcal, dotado de objetivo e importância estratégica: a acumulação de riqueza, e as alianças políticas¹⁵. James Casey, pesquisador da história da família, ao examinar a disposição do casamento arranjado, afirma que foi Lévi-Strauss quem constatou a “esposa como a base da estrutura social”¹⁶ das sociedades complexas. A mulher estava na base das relações de troca estabelecidas pelo casamento¹⁷ devendo casar-se fora do grupo familiar próximo. A concretização de um casamento exigia a posse de um dote¹⁸, assim como o apoio de parentes e amigos que tinham certo interesse nesta prática¹⁹. A mulher, ao sair da tutela dos pais, passava para a tutela do marido levando com ela o dote, bens móveis ou imóveis, consolidando uma estratégia política e econômica vigente na nobreza²⁰. Todavia, Renata Ago esclarece que nem todas as filhas recebiam dotes, e apenas uma ou duas delas recebiam dotes²¹ proporcionais ao seu *status*²².

Segundo Alan Macfarlane, na Inglaterra, o casamento era resultado de uma escolha individual, constituindo uma família conjugal autônoma, ao contrário de Portugal. Porém, alguns aspectos são comuns aos dois países. No mundo anglo-saxão, o dote também era uma contribuição econômica da mulher por ocasião do matrimônio. A contribuição da filha

¹² LANA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. Revista de Sociologia e Política, n° 14: p. 173-194, jun. 2000.

¹³ Ibidem, p. 173-194.

¹⁴ LEBRUN, François. O sacerdote, o príncipe e a família. In: BURGUIÈRE, André ET all. *História da Família*. v. 3 Lisboa: Terramar, 1998, p. 85.

¹⁵ CASEY, James. *História da família*. São Paulo, Editora Ática, 1992, p. 23.

¹⁶ LÉVIS-STRAUSS, CLAUDE Apud: CASEY, James, Ibidem, p. 85.

¹⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina. A mulher como um bem e os bens da mulher. In: A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA; visão histórica e perspectivas actuais. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1986. V. 1. P. 51-89.

¹⁸ O dote, ou, “*donatio propter nuptias*, em latim “presente de casamento” dado pelo noivo à noiva, era típico das sociedades mediterrâneas, onde serve como contrapartida do dote trazido pela nubente à nova família que se constitui. Não deve ser confundido com o *arras*.” CASEY, James. Op. Cit., p. 226.

¹⁹ Ibidem, p. 98.

²⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina. Op. Cit., p. 51-89.

²¹ AGO, Renata. *Jovens nobres na era do absolutismo: autoritarismo paterno e liberdade*. In: LEVI, G. e SCHMITT, J. *História dos jovens* da antiguidade à era moderna. v. 1 São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 326.

²² O termo *status* se refere à posição social do indivíduo, que nas culturas tradicionais poderia ser ‘alcançado’, enquanto que nas sociedades modernas o ‘status’ é atribuído pelo grupo. Sobre a expressão ver CASEY, James. Op. Cit., p. 33.

inglesa poderia ser feita em bens móveis, principalmente a mobília da casa, ou um montante em dinheiro, ou ainda, a antecipação de sua parte na herança²³.

O teatro popular procura expor a prática do dote de forma a discutir a tradição do costume. O entremez *O estudante bazofio e desgraçado*²⁴, publicado em 1787, apresenta um estudante de Coimbra tentando dar o golpe do casamento em um letrado. O letrado, que havia “ajuntado bastante cabedal”²⁵, procurava para sua filha um esposo morgado. Com o intento de conseguir o consentimento do letrado o estudante se faz passar por um filho da aristocracia, um nobre morgado da Província de Alentejo, dizendo que seu pai era proprietário de fazendas, quando na verdade, seu pai era estalajeiro. O caso acima não seria condenável na Inglaterra. Segundo Macfarlane, lá os filhos eram aconselhados a usar sua boa educação e títulos para desposar filhas de comerciantes ricos.

Porém, para as sociedades do antigo regime esta atitude representava a decadência da nobreza em favor das casas dos novos-ricos, e poderia colocar o interesse na riqueza acima da honra²⁶, um dos valores culturais mais caros as sociedades mediterrâneas. Vários entremezes clamam por ela, como por exemplo, *A desordem dos noivos de oito dias*²⁷ que conta a breve história de um marido, recém casado, tentando desfazer o casório, por causa do mau comportamento de sua esposa. A recém casada esposa não se mostrava disposta ao bom “governo da casa”²⁸ cuidando dos cabedais do marido. Percebendo a ameaça que a rebeldia da esposa representava à sua honra, e na tentativa de conservá-la o marido sente sua autoridade desafiada e resolve devolver a mulher para casa do sogro.

A segunda metade do século XVIII caracterizou-se pela difusão dos ideais iluministas, pela transformação dos costumes decorrente do cosmopolitismo, e pela crescente sociabilidade, conseqüência natural de um novo modo de pensar que moldava uma nova cultura. A expansividade, a alegria de viver, a utilidade e o prazer do convívio, da comunicação promoveram entre os indivíduos alterações no cotidiano²⁹. Para romper com o modelo tradicional de matrimônio a perspectiva da ‘livre’ escolha surge, vinculada à sociabilidade. Algumas filhas descontentes e discordantes da tradição lançavam mão de estratégias a fim de burlar a vigilância e as duras regras paternas. Engendravam planos para enganar seus pais e conseguir o casamento de seus sonhos.

No entremez de 1784, intitulado *Os Velhos Amantes*³⁰, Xarlon, o pai, um estrangeiro, havia tratado o casamento de suas duas filhas com Otávio e Ambrósio, dois velhos “ricos mineiros” com quem o pai fazia muito gosto do casamento. Mas tal não era o plano das filhas que alegavam, acima de tudo, não gostar e nem querer ginjas³¹ para marido. Lucília, uma das filhas, expressa todo seu desprezo por Ambrosio Camelo acusando-o de “incivil... confiado, grosseiro; e, por tudo quanto há no mundo mais torpe e feio”³². Burlando a vigilância paterna, as filhas de Xarlon, auxiliadas pelos criados, levam os amantes à presença do pai, e mesmo diante da fúria dele, elas conseguem demovê-lo da decisão do casamento arranjado. O convencimento do pai é obtido quando os pretendentes,

²³ MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 271.

²⁴ Novo entremez *O estudante bazofio e desgraçado*. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1787.

²⁵ Ibidem, p. 3.

²⁶ MACFARLANE, Alan. Op. cit., p. 265.

²⁷ Novo entremez *A desordem dos noivos de oito dias*. Lisboa, Officina de Francisco Borges de Souza, 1791.

²⁸ A expressão do ‘governo da casa’, significa a administração da casa, ou *oikos*, a economia familiar. Tanto a família como *oikos* dependiam da cooperação do marido e da mulher, cada um em sua esfera. O homem na esfera pública e a mulher na esfera privada. CASEY, James. Op. Cit., p. 125.

²⁹ LOPES, Maria Antonia. *MULHERES, ESPAÇO E SOCIABILIDADE* A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII). Livros Horizonte Ltda, 1989, p. 71.

³⁰ Pequena peça ou novo entremez *Os velhos amantes*. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1784.

³¹ Ginja - chulo, vulgar, homem velho que segue as máximas e usos antigos.

³² Entremez *Os velhos amantes*, Op. cit., p. 9.

depois de afirmarem ter amor às filhas de Xarlon, mencionam uma renda superior a quinhentas moedas; mas, não só isso, eles também oferecem a Xarlon uma farta merenda, com vinho da França, perus, doces de calda, boa fruta, etc...³³.

Casey considera que o ‘amor’, enquanto um sentimento conjugal era um interessante fenômeno moral, mais presente em países de língua inglesa. Mas, explica que este elemento não pode ser tomado em si mesmo, como justificativa para as uniões matrimoniais. No entanto, para o sistema malthusiano, o casamento devia se realizar apenas em função do amor entre o casal. A beleza, a aparência e as boas maneiras, com frequência, estão associadas à idéia do amor, segundo o teatro breve, e se revelam parâmetros femininos de seleção de pretendentes. Vários entremezes apresentam enfaticamente a beleza e a aparência como um artifício da sedução com objetivo da conquista de um cônjuge.

Mas, sobretudo, a aparência gerava grandes enganos por parte dos homens ao escolherem uma esposa. Julgando acompanhar as novidades, os chibantes eram homens que se opunham à antiga grifaria³⁴ como Esganarello, um velho rico, que aos 52 anos, preocupado em dar continuidade à antiqüíssima raça dos esganarelos, escolheu se casar com a bela Lucilia, no entremez *O Esganarello, ou o casamento por força*³⁵. Ao perguntar a Lucilia acerca de sua satisfação em casar-se com ele, Esganarello começa a sentir dor e um peso na cabeça quando a futura esposa afirma esperar que ele, como homem civil não fosse desconfiado dando a ela toda liberdade³⁶.

A sociabilidade, na versão entremezil, era a causa de desordens, e confusões na sociedade, podendo abalar a estabilidade do casamento. O entremez *Dos desatinos que a mulher fez a seu marido, por motivo de não a deixar ir ver as Luminárias*³⁷ apresenta Braz Mercato, o velho, e sua mulher, Enália, em grande conflito. Enália queria ver as luminárias, mas Braz argumenta que estava muito velho para essas coisas³⁸. A esposa lamenta a atitude do rabugento e grifo³⁹ do marido, mas não desiste. Porém, Braz não quer divertimentos ridículos, óperas, ou romarias, que tudo tem despesas excessivas. Muito alterado ele começa a gritar, ameaçando a mulher, tornando-se violento. Por fim, diante da agressividade e da gritaria do marido, Enália desiste do passeio.

O gênio ‘grifo’ ao qual a peça se refere aponta para o comportamento de maridos ciumentos e retrógrados que costumavam manter suas esposas fechadas em casa exigindo delas total obediência⁴⁰. Porém, devemos levar em conta o argumento das despesas excessivas usado por Braz. Este aspecto está relacionado à característica da generosidade que o modelo de homem aristotélico da sociedade do antigo regime deveria exercitar. Em termos comportamentais chama-nos a atenção nesta peça, a questão da agressividade. A respeito da violência sofrida pela mulher casada manifestou-se o Cavaleiro Oliveira contra as Ordenações Filipinas que concediam a um marido traído o direito de matar sua esposa em defesa da honra quer a surpreendesse, ou não, em flagrante delito⁴¹. De outro modo, para os filhos transgressores da boa conduta, a punição consistia em sua exclusão da sociedade sendo mandados para Goa, ou qualquer lugar remoto do império colonial.

³³ Ibidem, p. 13.

³⁴ Grifaria – homens que se regem pelas antigas normas.

³⁵ Entremez *O Esganarello ou O Casamento por Força*. Lisboa, Officina de Francisco Borges de Souza, 1792.

³⁶ Ibidem, p. 4.

³⁷ Entremez *Dos Desatinos que a Mulher Fez a Seu Marido, por motivo de não a deixar ir ver as Luminárias*. Lisboa, Officina de Antonio Gomes, 1793.

³⁸ Ibidem, p. 10.

³⁹ Ibidem, p. 4.

⁴⁰ LOPES, Maria Antonia. Op. cit., p. 121.

⁴¹ Ibidem, p. 35.

OS RETRATÁVEIS DO SAMBA E DE PÉRSIO DE MORAES: ANÁLISE DE ELEMENTOS LIGADOS AO SAMBA A PARTIR DAS CRÔNICAS DA REVISTA DA MÚSICA POPULAR (1954-56)

Aluna: Tauane Bevilacqua Mendonça

Orientador: Prof. José Roberto Braga Portella

Co-orientadora: Ana Paula Peters Portella

Palavras-chave: música popular brasileira, crônicas, Revista da música popular.

Há elementos intimamente ligados ao imaginário do samba que seguiram lado a lado o estilo musical em suas diversas fases. Tais noções são resgatadas por Pêrsio de Moraes, nas crônicas que escreveu durante dois anos (de setembro de 1954 a setembro de 1956) para a *Revista da Música Popular*, periódico que nasce com o intuito de impedir o "fim" da autêntica música popular brasileira: o samba. Os criadores e colaboradores da revista preocupavam-se com a intensa influência estrangeira da música no Brasil, o que consideravam verdadeiramente nocivo para nossa cultura. Era necessário, portanto, criar um meio para combater a situação e ao mesmo tempo resgatar - para nunca mais ser esquecido - os grandes nomes da "época de ouro" da nossa música. Período que, para os autores da revista, se constitui no único onde houve produção de música puramente brasileira.

Com enfoque nos elementos ligados ao samba visamos compreender como o autor das crônicas analisadas enxerga o cenário musical e seus personagens na década de 1950 comparativamente a 1920 e 1930, período de surgimento do samba enquanto música urbana popular e posterior transição entre as fases pelas quais o samba passou até sua definição como "samba de verdade".

A *Revista da Música Popular* teve 14 edições lançadas durante seus dois anos de existência. As crônicas de Pêrsio de Moraes, na seção intitulada *Um tipo da música popular*, estão presentes em 13 números, não aparecendo apenas na oitava edição que foi um lançamento especial, com modificações na estrutura da revista, homenageando Carmen Miranda. Para este trabalho escolhemos seis crônicas como objeto de análise presentes na 1ª, 4ª, 5ª, 7ª, 12ª e 13ª edições. Os critérios para a escolha de nosso objeto se basearam nos conteúdos das crônicas. As escolhidas versam sobre o mundo do samba e dos sambistas. Diferentemente daquelas não selecionadas que por vezes eram apenas divagações do autor sobre alguma questão pouco relevante para este trabalho.

A primeira parte desta monografia é destinada à música popular urbana no Brasil. Ela divide-se em três subtemas, o primeiro intitulado *surgimento*, o segundo *samba* e o terceiro *desde que o samba é samba é assim*. Iniciamos o entendimento do surgimento desse gênero musical em nosso país a partir dos diferentes ritmos e gêneros musicais que existiam e se aclimataram à nossa terra. Estes diversos ritmos de dança e de música, que vieram influenciar o samba durante a primeira metade do século XX são lembrados e contextualizados. O lundu, de origem africana, é considerado o primeiro gênero musical gravado no Brasil, sendo também um estilo de dança (o que na época era muito comum). Foi - durante o século XIX - dançado de maneira considerada indecente perante a sociedade. Porém, ao se misturar com a cultura local o ritmo ganha grande aceitação passando a ser tocado e dançado inclusive nos bailes de salão do Império. Em boa medida, sua ascensão se deu através do modo como era cantado. Utilizava-se da comicidade para tratar de assuntos considerados *tabus* para o período.

A modinha, ritmo contemporâneo ao lundu e por vezes confundido com ele, não poderia deixar de ser mencionada, visto sua relevância para a história da música brasileira. As modas nascidas em Portugal serviam para designar todo gênero de canção popular. Ao chegarem à colônia, as modas se tornam modinhas e passam a constituir “um elemento de integração nacional, cantada nos quatro cantos do Brasil”, processo semelhante àquele atravessado pelo lundu.¹ Domingos Caldas Barbosa, primeiro compositor e cantor a empregar o termo modinha para designar suas canções, foi sem dúvida o mais influente difusor do novo estilo no país. Sua relevância é ressaltada pela maioria dos pesquisadores no assunto. Tanto o lundu quanto a modinha, nossos primeiros gêneros musicais urbanos, têm sua memória eternizada em canções por compositores como Vinícius de Moraes, Tom Jobim e Chico Buarque.

O choro, nascido como um ritmo apenas instrumental, tem seu “batismo” datado da década 1870. Nessa altura ocorre um “abrasileiramento” das técnicas de execução dos instrumentos europeus trazidos ao Brasil a exemplo do piano, flauta e violão. No começo, o choro não era tido como um gênero musical, mas como forma de tocar, o que se modifica a partir da primeira metade do século XX. O ritmo é - segundo alguns autores -, o único legitimamente brasileiro, mais especificamente carioca. Ele não suscita dúvidas quanto à sua origem, diferentemente do samba, que causa muita discussão em torno de suas raízes. Os dois gêneros musicais têm uma relação muito próxima, maior que àquela estabelecida entre o samba com o lundu e a modinha. Isso se deve ao fato dos compositores de ambos os ritmos dialogarem com frequência sendo “muito difícil encontrar um grande compositor de samba que não tenha relação com o choro”.²

Quanto às danças populares mencionamos acima o lundu, que era na mesma proporção música e dança. Porém, ele tem seu passado na África. Pensando no Brasil como recorte espacial, a primeira dança urbana que surge, no Rio de Janeiro, é o maxixe - que posteriormente viria a ser também um estilo musical. Essa questão do que era gênero de música e/ou de dança era muito mal entendida e, portanto, mal explicada na época. Não se distinguia muito bem o que era o que, pois muitas eram as combinações possíveis entre os ritmos e danças. O maxixe, em seus primeiros anos, não era entendido pela classe alta como uma nova dança, mas sim uma forma de dançar lundu de modo diferenciado. Entretanto, os dois estilos (de dança e de música) tinham claras distinções. Enquanto o maxixe era apenas instrumental, o lundu era cantado. Quando se dançava o maxixe fazia-se com todos os pares ao mesmo tempo, constituindo o que ficou conhecido como “salão de baile”. O lundu era classificado como uma dança de par separado oposta ao maxixe, que seria uma dança de par enlaçado. Essa diferença é relevante à medida que entendemos que a forma de dançar refletia na repercussão que o ritmo passaria a adquirir. O maxixe “era uma dança moderna, urbana e internacional e o lundu deitava raízes no mundo rural e no passado colonial”.³ Algo a se atentar em relação ao maxixe, é o fato dele ter sido o primeiro elemento cultural a se manifestar como autenticamente brasileiro - posto assumido na sequência, pelo samba.

Após pensarmos o surgimento da música popular urbana no Brasil adentramos o mundo do samba. Ele surge já cumprindo a tarefa de solucionar o problema da imprecisão terminológica entre os diversos estilos de música e de dança, intensificados desde 1870, através de sua imposição tornando-se o “tipo característico e principal da dança brasileira

¹ DINIZ, André. *Almanaque do Samba*. Almanaque do Samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.19.

² *Ibidem*, p. 21.

³ SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.64.

de salão".⁴ Foi no período da República Velha, com todas as suas mudanças políticas, reformas urbanas e sanitárias executadas na capital federal, e ideologia voltada ao pensamento europeu à luz da *belle époque*, que o samba nasce na Rua Visconde de Itaúna 117, antiga Praça Onze na cidade do Rio de Janeiro. O endereço se refere à residência da Tia Ciata, uma baiana de grande importância para a história do samba. O motivo de sua fama se dá principalmente porque a primeira música a ser considerada oficialmente samba, gravada em 1917, intitulada "Pelo Telefone", fora escrita em grupo em uma das várias reuniões em sua casa. Apesar de Ernesto dos Santos, mais conhecido como Donga, ter ficado com o mérito da composição, sabe-se que a letra foi criada em parceria com muitos músicos da época. A casa da Tia Ciata "assumiu assim, uma dimensão quase mítica como "lugar de origem" do samba carioca".⁵

Até o final da década de 1920, os sambas produzidos seguem um mesmo estilo que viria a ser intitulado samba amaxixado. A influência do maxixe, nessa primeira fase do samba estava muito evidente tornando-se impossível não notá-la. As marchas de carnaval surgem quase concomitantemente aos primeiros sambas e têm uma melhor aceitação por parte da elite carioca, que não havia internalizado muito bem o maxixe, não escondendo sua preferência por ritmos europeus como polcas e valsas. Essa primeira fase pela qual o samba passou (entre 1917-1927) é caracterizada pelas gravações mecânicas e por sambas influenciados por sambas de partido alto de origens rurais no Recôncavo baiano. De 1927 para frente, as gravações passam a ser através de sistema elétrico e uma nova geração de sambistas, advindos de uma camada baixa da população carioca, herdeiros de uma tradição de sambas de roda, dá início ao que passa a ser conhecido como samba batucado e marchado do Estácio. Esse novo jeito de fazer samba "logo se difundiu, influenciando os compositores de outras áreas da cidade, generalizando-se e tornando-se um sinônimo de samba moderno, de samba tal qual o reconhecemos hoje em dia".⁶ É a partir desse deslocamento espacial pelo qual o samba passou que elementos ligados ao ritmo irão se consagrar, como à exemplo do malandro e da "instituição malandragem".

Na sequência, com o nascimento de uma geração de compositores que vieram a se profissionalizar com a ajuda dos meios de comunicação, em especial o rádio, e as fábricas de discos, o samba nascido carnavalescos foi adaptado pela modificação do seu andamento para o meio do ano sob o nome de samba-canção".⁷ O samba-canção era tocado por orquestras de danças de salão e se proliferou entre a camada média da sociedade carioca. Já os compositores das camadas populares modificavam seus sambas até o surgimento do samba-de-breque, uma versão mais sincopada do samba da década de 1930. Outras variações foram constatadas como o samba-choro e o samba-enredo. O samba-choro ou choro-canção era o feito de colocar letra nas composições de choro, que tinham como característica ser apenas instrumentais. O samba-enredo, "criado pelos compositores das escolas de samba para contar em versos a história escolhida como tema do desfile carnavalesco, surgiu a partir da década de 1940 como contrapartida musical da progressiva estruturação das escolas no sentido de encenar dramaticamente seus enredos, sob a forma de uma ópera-balé ambulante".⁸

Com a transição do samba da primeira fase para o samba do Estácio e com o surgimento de inúmeras variações para o gênero, surge a necessidade por parte de

⁴ ALVARENGA, Oneyda. *Música popular brasileira*. São Paulo: Duas Cidades, 1982. p. 344.

⁵ Sandroni, p. 101.

⁶ SANDRONI, Carlos. Op. Cit, p.131.

⁷ Tinhorao. *Pequena história da música popular: da modinha a canção de protesto*. Petropolis: Vozes, 1974. p.125.

⁸ Idem. *Pequena história da música popular: da modinha a canção de protesto*. Petropolis: Vozes, 1974. p.171.

sambistas e alguns intelectuais em pensar a definição de qual seria o "samba de verdade". Baseando-nos em Carlos Sandroni, cuja obra *Feitiço Decente* destina um capítulo apenas para tratar dessa questão chegamos à conclusão que não há um "samba de verdade", apenas diferenças entre os lugares onde o samba passa a ser praticado - seu recorte espacial e seus espaços de sociabilidade - seu estatuto enquanto objeto de trocas econômicas, sua forma, os temas mais recorrentes de suas canções, sua associação com personagens típicos, todos dados que se configuram como base para fornecer "um quadro a partir do qual o sentido social da mudança de paradigma rítmico pode ser compreendido".⁹

Dois autores cujas obras foram escritas entre as décadas de 1930 e 1940 também são utilizados como fontes para que, através de suas diferentes opiniões, pudéssemos confrontar a noção de autenticidade deste ou daquele samba. Tais escritores são Vagalume e Orestes Barbosa. Para o primeiro que esbanja uma notável crítica à fase do samba do Estácio fica explícita sua visão de apego às raízes onde os sambas da primeira fase representariam a tradição, diferentemente dos outros que são fruto da comercialização. Barbosa, por sua vez, vai em sentido contrário valorizando a modernidade dos sambas do Estácio.

A segunda parte é voltada para a apresentação e análise da fonte. Sua estrutura é realizada de modo igual à primeira, dividindo-se em três subtemas, o primeiro intitulado *Revista da Música Popular*; o segundo *crônica: um gênero textual* e o terceiro *os retratáveis dos sambas e de Pérsio de Moraes*. Começamos esboçando um panorama do contexto político e cultural no qual o Brasil estava atravessando no período de existência da revista. Fazemos uma breve retomada do governo de Getúlio Vargas passando gradativamente para os próximos presidentes que governaram o país na época até chegarmos a Juscelino Kubitschek que comandaria o Brasil no último ano de vivência do periódico. Retomamos, na sequência, os objetivos que motivaram os criadores da revista a lançá-la no mercado jornalístico e explicamos sucintamente as seções da revista, para que o leitor, que não teve acesso à fonte, possa imaginar, a partir de nosso relato, como ela se dispõe.

Em meio a uma queda de audiência dos sambas por parte das rádios e uma enorme interferência de músicas estrangeiras nasce uma grande preocupação por parte de alguns intelectuais que começam a perceber o, cada vez menor, espaço que a música popular brasileira "pura" ocupava na época. Decorrente dessa inquietação um grupo de homens da imprensa se reúne e dentre eles, um em especial - Lúcio Rangel - resolve executar seu projeto: a criação da Revista da Música Popular. Em formato de periódico ela era especializada em música popular, não apenas brasileira, mas também norte-americana. "A ambiciosa publicação reuniu os principais nomes da música e da intelectualidade brasileira e congregou um novo pensamento musical, que tentava alcançar a legitimidade através da abordagem folclórica. Também o reconhecimento da música urbana carioca como autenticamente brasileira fazia parte da proposta. Quanto à música norte-americana, a exclusiva abordagem do jazz de New Orleans, deixava clara a intencionalidade de transformar a música "de raiz" em música pura e autêntica"¹⁰. Em linhas gerais, seu objetivo era mudar a visão inferiorizada de que a música produzida em território nacional seria de menor qualidade do que a estrangeira - pensamento que várias pessoas mantêm em relação, não somente à música, até os dias de hoje - e buscar uma base para redefinir a raiz da autêntica música brasileira, que teria sua versão mais pura com os sambas da década de 1930. Aqui também iniciamos o trabalho conjunto com as obras de Vagalume e Orestes

⁹ SANDRONI, Carlos. Op. Cit, p.142.

¹⁰ WASSERMAN, Maria Clara. "Abre a cortina do passado" - a Revista da Música Popular e o pensamento folclorista (Rio de Janeiro: 1954 - 1956). Dissertação de mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. p. 8.

Barbosa como fontes.

O segundo subtema é destinado à crônica como gênero textual. Temos certo ser relevante a abordagem desse item, pois nossas fontes seguem esse estilo textual, parecendo-nos com isso, necessário o entendimento de um breve contexto do surgimento do gênero no país, bem como suas possíveis classificações - pesquisadas tanto por literatos quanto por jornalistas, considerando que tal gênero é híbrido e transita tranquilamente entre as duas áreas. Essa parte do trabalho tem seu fechamento com uma visão bastante interessante que é a idéia de ser moralmente correto o autor que escreve em formato de crônica. Expliquemo-nos. Nos dias atuais - e já há algum tempo - o jornalismo se diz frio, objetivo e imparcial, porém, como sabemos e estudamos em nosso próprio curso, nenhum texto consegue livrar-se totalmente de algum tipo de subjetividade, pois quem o escreve está imbuído de algum pensamento ou sentimento. A crônica, portanto, seria um dos poucos modos de escrita que permitem ao autor expressar claramente seu ponto de vista, sem que este tenha que ser ou parecer velado para manter a imparcialidade do meio de comunicação que o transmite. Segundo Yolanda Tuzino "a leitura de mundo oferecida por aquele que produz uma crônica é extremamente ética, na medida em que deixa evidente ao leitor de que aquele texto é autoral, é opinativo".¹¹ Trazendo também a discussão da utilização das crônicas como fontes, ou seja, do diálogo entre História, Literatura e Música. Por fim realizamos a análise de nosso objeto de pesquisa: as seis crônicas selecionadas da *Revista da Música Popular*. Como já mencionado anteriormente os critérios para a escolha de determinadas crônicas em detrimento de outras levou em conta seus conteúdos. Tendo como ponto principal de abordagem os elementos relacionados ao samba, as crônicas analisadas versam sobre: o malandro e a "instituição malandragem" como no caso dos textos contidos na 1ª e 5ª edições da revista; a mudança de espaço físico dos sambas da primeira geração para os do "pessoal do Estácio" tratando também das reformas urbanas e sanitárias às quais o Rio de Janeiro das décadas de 1930 e 1940 atravessou a exemplo das crônicas inseridas na 4ª e na 12ª publicações; o crescimento da indústria fonográfica e sua interferência no modo de fazer música brasileira, bem como os mecanismos de compra, venda e parcerias nos sambas entre compositores, cantores e gravadoras presentes no 7ª número da revista; a nostalgia vivida pelos colaboradores da revista em relação a "época de ouro" da música brasileira, tendo como marco de referência a década de 1930, contida na 13ª crônica. As demais crônicas são por vezes utilizadas brevemente para pincelar um ou outro assunto, porém, não são analisadas com profundidade por não serem objetos da presente pesquisa.

¹¹ TUZINO, Yolanda Maria Muniz *Crônica: uma Intersecção entre o Jornalismo e Literatura*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009. p.15.

BLADE RUNNER E A CRISE DA MODERNIDADE: ANÁLISE FÍLMICA E INTERPRETAÇÃO

Aluno: Felipe Cavalcante Marcelo

Orientador: Prof. Dennison de Oliveira

Palavras-chave: Cinema e História; ficção científica; modernidade.

A monografia objetivou analisar o filme *Blade Runner*¹, lançado em 1982, a partir de uma abordagem sócio-histórica. Nessa perspectiva, o filme foi discutido em função do exame de sua natureza literal; das implicações e articulações com elementos da conjuntura histórica em que foi produzido e de sua recepção. Preliminarmente, portanto, foi conceitualizado o filme enquanto produto cultural para, *a posteriori*, avançar nas considerações referentes ao significado da obra em relação ao seu contexto de produção.

As fontes utilizadas para a presente pesquisa foram o documentário *Dangerous Days – Making Blade Runner*² e o site *IMDbPro (Internet Movie Database)*³. Ambos forneceram um volume significativo de informações e dados a respeito de *Blade Runner*, seu processo de produção, exibição e recepção, de modo a produzir uma contextualização adequada e necessária para a análise fílmica. O documentário, produzido e dirigido por Charles de Lauzirika e lançado em 2007, trata de todas as etapas do processo de produção do filme *Blade Runner*. Ao final há, inclusive, uma parte dedicada à recepção que o filme sofreu e ao legado que deixou. Fundamentalmente, a narrativa fílmica é composta e baseada em depoimentos de pessoas que fizeram parte da produção do filme e também dos responsáveis pelas companhias cinematográficas que financiaram o projeto, os quais exerceram significativa influência sobre a versão original, de 1982. Logo, o caráter documental de *Dangerous Days* é claramente perceptível, assim como seu conjunto de informações e detalhes referentes ao filme em questão.

A segunda fonte utilizada, como já referido, foi o site *IMDbPro (Internet Movie Database)*. Trata-se de um extensa base de dados, que é propriedade da empresa *Amazon.com*, atualizada diariamente, contendo diversas modalidades de informação sobre mais de 1 milhão de filmes e cerca de 2,3 milhões de nomes de artistas relacionados a filmes, programas de televisão, seriados, etc.⁴ O *IMDb* surgiu após a publicação, por seu fundador Col Needham, de uma série de roteiros que permitiram aos usuários da internet realizar pesquisas numa lista de créditos colecionados pelo grupo chamado “rec.arts.movie”⁵. A maior parte dos dados coletados e atualizados pelo sítio origina-se da contribuição de usuários, pessoas vinculadas à indústria cinematográfica, colaboradores e é constantemente verificada, de modo a garantir sua autenticidade⁶.

O filme, por sua vez, é um produto e artefato cultural; é arte, mas também faz parte da indústria cultural, nos termos de Adorno e Horkheimer⁷. Seu *status* pode não ser tão claro em um primeiro momento, mas sua relevância como meio de comunicação e entretenimento nas sociedades contemporâneas é significativo. A relação entre cinema e História, por sua vez, busca ampliar a análise do objeto-filme, de modo a construir explicações, ou antes, interpretações, em função do exame das condições sociais de

¹ *Blade Runner (Blade Runner, 1982, EUA)*. Dir.: Ridley Scott.

² *Dangerous Days – Making Blade Runner (Dangerous Days – Making Blade Runner, 2007, EUA)*. Dir.: Charles de Lauzirika.

³ Disponível em: <<https://secure.imdb.com/signup/index.html?d=IMDbTabNB>> . Acesso em: 20 maio 2011.

⁴ Disponível em: <http://pro.imdb.com/help/show_leaf?infosource> . Acesso em: 21 jun. 2010.

⁵ Disponível em: <http://www.imdb.com/help/show_leaf?history> . Acesso em: 21 jun. 2010.

⁶ Disponível em: <http://pro.imdb.com/help/show_leaf?infosource> . Acesso em: 13 jun. 2010.

⁷ ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: _____. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, pp.113-156.

produção da obra, além dos elementos da linguagem fílmica. Essa metodologia, portanto, não se limita a uma crítica conteudista e apenas interna do filme, mas antes re-insere o filme em seu contexto de produção considerando também sua exibição, recepção do público e crítica especializada, de modo a abordá-lo de forma integral.

A especificidade do presente estudo é que *Blade Runner* não constitui um filme histórico, mas antes, em parte por ser atribuído ao gênero da ficção científica, trata do futuro. Dessa forma, ao analisar seu contexto de produção em relação ao seu conteúdo, foi possível identificar preocupações e representações comuns do início da década de 1980, data de lançamento do filme, e não necessariamente da *Los Angeles* de 2019, época em que se desenvolve o enredo. Assim, é certamente válido o argumento que defende que a ficção científica diz mais sobre sua época, de produção, do que sobre o futuro construído na diegese. Nesse caso, o futuro atua como metáfora para discussão do presente⁸.

O filme *Blade Runner*, dirigido por Ridley Scott, constitui uma das obras de ficção científica mais importantes e emblemáticas da década de 1980. Articulando elementos de *film noir*, de gênero policial e da ficção científica, a obra tem como roteiro uma história de perseguição, mesclando questionamentos filosóficos, existenciais e uma expectativa anti-utópica do futuro. Baseado na obra de Philip Dick (1928-1982), *Do Androids Dream Of Electric Sheep?*, de 1968, a trama de *Blade Runner* é ambientada na cidade de *Los Angeles* de 2019. A metrópole apresenta como principais características uma superpopulação e um alto nível de urbanização, constante chuva ácida decorrente dos desequilíbrios ambientais e da excessiva poluição, bem como uma desorganização social e econômica mais intensa do que a dos grandes centros urbanos atuais. Tais características podem ser analisadas antes como intensificações de questões bastante comuns durante o início da década de 1980, mas que foram projetadas em um futuro próximo⁹.

Assim, no início do século XXI uma empresa chamada *Tyrell Corporation* evolui sua produção de andróides para a fase *NEXUS-6*, cujas criaturas apresentam características aparentemente indistinguíveis dos seres humanos, mas com capacidades físicas e intelectuais superiores, e são conhecidos como replicantes. Tais andróides são utilizados na conquista e exploração de outros planetas e após algumas revoltas acabam por serem considerados ilegais na Terra. Cria-se, então, uma divisão policial especial, os *blade runners*, encarregada de eliminar os replicantes clandestinos. A isso se atribui a designação de “aposentadoria” e não de assassinato¹⁰.

Logo, após um motim no espaço, os andróides *NEXUS-6* Roy Batty (Rutger Hauer), Pris (Daryl Hannah), Leon (Brion James) e Zhora (Joanna Cassidy), liderados por Roy, sequestram uma nave e partem em direção a Terra para encontrar seu criador e reverter seus prazos de vida previamente fixados em quatro anos, que haviam sido implantados como uma medida de segurança. Nesse momento, Rick Deckard (Harrison Ford), um ex-*blade runner*, é chamado para a missão de eliminar os replicantes fugitivos e acaba conhecendo uma replicante especial chamada Rachel (Sean Young). Deckard cumpre sua missão, mas acaba se questionando sobre a legitimidade de seu trabalho e

⁸ AMARAL, Adriana. *Blade Runner, Total Recall e Minority Report: cinema distópico e cyberpunk de Philip Dick*. *Sessões do Imaginário*, n.º 11, julho 2004, Famecos/PUCRS, p.41. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/809/615>>. Acesso em: 3 dez. 2010.

⁹ LINS, Consuelo da Luz. A ficção científica contemporânea. In: _____. **Blade Runner e Brazil, the film: um corte no cinema de ficção científica**. Rio de Janeiro, 1988. 60f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, UFRJ.

¹⁰ SUPPIA, Alfredo Luiz Paes de Oliveira. Esboço para uma história do cinema internacional de ficção científica. In: _____. **Limite de Alerta! Ficção científica em atmosfera rarefeita – Uma introdução ao estudo da FC no cinema brasileiro e em algumas cinematografias off-Hollywood**. Campinas, 2007. 449f. Tese (Doutorado em Multimeios) – Instituto de Artes, UNICAMP, p.66.

sobre sua própria natureza, enquanto se apaixona por Rachel, recusando-se a eliminá-la e vindo a fugir com ela no final¹¹.

Ridley Scott, por sua vez, nasceu em 30 de novembro de 1937 em South Shields, nordeste da Inglaterra. Desde a infância cultivou a prática do desenho, a qual terá grande importância na produção de seus filmes. Scott, além de não ser do tipo acadêmico, ingressa no *West Hartlepool College Of Art* em 1954. Nesse período de estudo interessa-se por fotografia e design gráfico. Em 1958 forma-se e ingressa na *Royal College Of Art (RCA)*, onde estuda mais aprofundadamente seu segundo interesse¹². Após sua formação universitária e alguma experiência profissional, Scott ingressa na *BBC*, em 1962, como diretor de arte para desenhar *sets* de programas televisivos, trabalho que lhe rende grande aprendizado, mas também começa a se envolver com comerciais. Depois de algum tempo, sai da *BBC*, torna-se um respeitado diretor publicitário e funda em 1965 a *Ridley Scott Associates (RSA)*, sua produtora. Assim, entre as décadas de 1960 e 1970 trabalha incessantemente com direção e produção de comerciais para televisão¹³.

Em sua trajetória profissional, conhece a revista francesa de quadrinhos *Metal Hurlant* (traduzida para o inglês como *Heavy Metal*), cujo um dos artistas era Jean Giraud, o Moebius. As concepções visuais desses desenhos influenciarão intensamente Scott, o que se pode notar nitidamente em *Blade Runner*, entre outros. Um dos seus principais filmes e primeiro sob essa influência estética, por sua vez, foi *Alien* (1979), um *thriller* de ficção científica mesclado com terror tradicional e horror gótico. O filme recebe o Oscar de efeitos especiais em 1980 e tem destaque no *design* de produção. Já no final da década de 1970, Scott começa a trabalhar no projeto de *Duna* (1984), mais uma obra de ficção científica, mas acaba abandonando-o e se envolvendo com *Blade Runner*, do qual se torna diretor¹⁴.

O filme *Blade Runner* também é constitutivo de uma conjuntura de intenso debate teórico acerca do que ficou conhecido como pós-modernismo. Esse conceito define, em geral, um discurso que aponta, fundamentalmente, uma crise moral ocorrida aproximadamente na década de 1960 e 1970, que consiste especificamente em uma crise do pensamento iluminista, assim como a ênfase na natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano e a crítica a quadros interpretativos “totalizantes” de uma razão universal¹⁵. Logo, o filme parece apresentar elementos dessa crise do projeto da modernidade principalmente por apresentar uma expectativa pessimista possível sobre o futuro em sua narrativa. As fontes revelam, por sua vez, que o processo de produção do filme foi conturbado e permeado por desentendimentos entre a equipe de Ridley Scott e os produtores que financiavam o projeto. A necessidade mercadológica de tornar a obra mais comercial, por parte dos financiadores, resultou na introdução da narração e do final feliz, modificações que não haviam sido criadas pelo diretor. Ainda assim, a recepção inicial do filme foi bastante negativa, tanto entre o público, que se identificou melhor com filmes mais otimistas da mesma época, como *E.T.: The Extra-Terrestrial* (1982), quanto entre a crítica especializada¹⁶. No entanto, a narrativa fílmica obteve lucro a longo prazo,

¹¹ Ibidem, p.66.

¹² SUPPIA, Alfredo Luiz Paes de Oliveira. Anexos. In: _____. **A metrópole replicante: de Metropolis a Blade Runner**. Campinas, 2002. 314f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, UNICAMP, pp.261-264.

¹³ Ibidem, pp.267, 269 e 271.

¹⁴ Ibidem, pp.275, 276 e 278.

¹⁵ WOOD, Ellen M. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, Ellen W.; FOSTER, John B. **Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, pp.7-22.

¹⁶ *Dangerous Days – Making Blade Runner (Dangerous Days – Making Blade Runner, 2007, EUA)*. Dir.: Charles de Lauzirika.

financeiramente e em termos de crítica, tornando-se um *cult movie* e vindo a representar significativa influência para diversas outras produções culturais¹⁷.

A escolha do filme deve-se ao fato de ser considerado por muitos como um clássico da ficção científica e, exatamente por isso, ter exercido grande influência sobre esse gênero cinematográfico. Especificamente, tal gênero estava recebendo enorme aceitação por parte do público devido, entre outros fatores, à influência de *2001: Uma odisséia no espaço* (1968) e o impulso mercadológico da série *Star Wars*¹⁸. Além disso, o filme excedeu tais limites até chegar mesmo às discussões acadêmicas em torno do pós-modernismo¹⁹, sendo uma das obras mais discutidas dos anos 1980. A conjuntura história em que o filme foi produzido caracterizou-se por um novo período de modificações econômicas, políticas e culturais. David Harvey define esse momento como uma passagem do sistema rígido da produção fordista ao regime de acumulação flexível. Isso significa que o capitalismo adquire maior fluidez, em comparação com o contexto do início do século XX, interferindo ainda mais nos variados campos da atividade humana: na arquitetura, produção cultural, arte, filosofia, literatura e ciências humanas²⁰. Nesse sentido, tendo em vista a crise da modernidade ou do projeto iluminista de emancipação do Homem pela razão, segundo a qual tal projeto teria entrado em falência, nas principais discussões acadêmicas entre as ciências humanas por volta da década de 1980, a problemática central do estudo foi investigar em que medida *Blade Runner* trabalha ou apresenta elementos dessa crise em sua narrativa, pelo seu cenário pessimista e pelo seu caráter anti-utópico do futuro, tendo como eixo de análise o pensamento de Jürgen Habermas, um dos autores a se posicionar nesse debate, sobre o projeto inacabado da modernidade.

A Teoria da Modernidade em Habermas representa um produto da análise crítica de autores que fizeram reflexões sobre a modernidade. Nesse sentido, “procura explicar a gênese da moderna sociedade ocidental, diagnosticar as suas patologias e buscar soluções para sua supressão”²¹. No modelo explicativo proposto pelo filósofo alemão, as sociedades contemporâneas são diferenciadas entre o mundo do trabalho (mundo da reprodução material) e o mundo da interação (mundo da reprodução simbólica). Ao primeiro se aplica o conceito de *sistema*, enquanto ao segundo se aplica o termo “mundo vivido”²². O “mundo vivido” (*Lebenswelt*) se caracteriza pelas experiências comuns a todos os atores, possui a faceta da continuidade e das “certezas intuitivas” e a faceta da mudança e do questionamento, graças à ação comunicativa. Já o *sistema*, além de complementar o “mundo vivido”, é composto por dois subsistemas: a economia e o Estado. Ambos produziram mecanismos auto-reguladores (às vezes chamados pelo autor de *medium*): o dinheiro e o poder, respectivamente. Enquanto a economia e o Estado asseguram a reprodução material e institucional da sociedade, o dinheiro e o poder

¹⁷ SUPPIA, Alfredo Luiz Paes de Oliveira. Sinopses e comentários. In: _____. **A metrópole replicante: de Metropolis a Blade Runner**. Campinas, 2002. 314f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, UNICAMP, p.20.

¹⁸ Ibidem, p.18.

¹⁹ SUPPIA, Alfredo Luiz Paes de Oliveira. Esboço para uma história do cinema internacional de ficção científica. In: _____. **Limite de Alerta! Ficção científica em atmosfera rarefeita – Uma introdução ao estudo da FC no cinema brasileiro e em algumas cinematografias off-Hollywood**. Campinas, 2007. 449f. Tese (Doutorado em Multimeios) – Instituto de Artes, UNICAMP, p.67.

²⁰ HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: _____. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2003, pp.117-184.

²¹ FREITAG, Bárbara. Habermas e a Teoria da Modernidade. **Cad. CRH.**, Salvador, n.22, jan./jun. 1995, p.139.

²² Ibidem, pp.146, 159, 139, 141.

garantem a “integração sistêmica”. Nesse sentido, o *sistema* é regido pela razão instrumental²³.

Habermas, além disso, distingue dois processos na Teoria da Modernidade: a modernização societária e a modernidade cultural. O primeiro enfatiza os processos de racionalização ocorridos nos subsistemas econômico e político, enquanto que o segundo se caracteriza pela autonomização, no interior do “mundo vivido”, das “esferas de valor”. O *Lebenswelt* é composto por três subsistemas: a cultura, a sociedade e a personalidade, os quais são regulados por mecanismos de integração social (controle social, socialização e aprendizado). Assim, a modernidade cultural refere-se a transformações no subsistema cultural, que se diferencia nas esferas: científica, ética e estética. Essas, por sua vez, se autonomizam e passam a ser regidas por parâmetros próprios de verdade, moralidade e expressividade²⁴.

Além desse modelo teórico explicativo, Habermas reflete também a respeito das patologias da modernidade. Segundo o autor, haveria duas: a *Entkoppelung* (desengate) e a *Kolonisierung* (colonização). A primeira faz com que os homens se submetam às leis do mercado e à burocracia estatal. Já a segunda, que decorre da primeira, caracteriza-se pela imposição da lógica própria do *sistema* ao “mundo vivido”. Nesse sentido, a solução para tais patologias seria reverter os processos de “desengate” e “colonização”, além de promover um “reacoplamento” do *sistema* ao “mundo vivido”, de modo a manter a integridade e complexidade do todo²⁵. Assim, o que se observa em tal momento é um descontentamento geral que possui raiz em profundas reações contra o processo de modernização da sociedade. Em outras palavras, o filósofo sustenta que, “sob a dinâmica do crescimento econômico e das relações organizacionais do Estado, a modernização social penetra mais fundo em modos anteriores de vida²⁶”.

No entanto, a tese central de Habermas é que o projeto da modernidade ainda não se cumpriu²⁷. Tal projeto fora formulado pelos filósofos iluministas do século XVIII e que defendia uma esperança na promoção do domínio das forças naturais, assim como a compreensão do universo e da consciência conduzidos ao progresso moral, à justiça das instituições e à felicidade humana por meio do desenvolvimento das artes e ciências²⁸. Em outros termos, a emancipação do Homem pela razão. Assim, Habermas, adotando uma perspectiva normativa, reconhece que houve uma realização deturpada da razão na história e reafirma a necessidade do projeto iluminista original, embora reformulando a razão como razão comunicativa. Além disso, resgata a idéia de perfectibilidade humana, individual e social, e defende a noção de liberdade e emancipação de cada um na sociedade, introduzindo os vários níveis da ação comunicativa.²⁹

Logo, o filme foi analisado, interpretado e se concluiu que este apresenta elementos em sua narrativa que representam uma crise da modernidade, principalmente por sua visão anti-utópica do futuro. De fato, o filme mostra um mundo que não alcançou o futuro formulado pelo iluminismo em sua plenitude: a razão efetivamente criou inovações tecnológicas que aumentaram o bem-estar humano, de modo geral, mas, ainda assim chegou-se a uma sociedade profundamente afetada pela intensa hegemonia do capitalismo pós-industrial, pela quase ausência do Estado, pela desorganização social, poluição e significativo caos urbano e, em suma, pelas patologias apontadas por Habermas. Também foi possível

²³ Ibidem, pp.141-142.

²⁴ Ibidem, pp.140-143.

²⁵ Ibidem, pp.145-146.

²⁶ HABERMAS, Jürgen. “Modernity – An Incomplete Project”. In: FOSTER, Hal (ed.). **Postmodern Culture**. London: Pluto Press, 1985, p.8.

²⁷ Ibidem, p.13.

²⁸ Ibidem, p.9.

²⁹ FREITAG, Bárbara, *op. cit.*, p.161.

concluir como as questões apresentadas pelo filme foram, em alguma medida, preocupações e ansiedades sociais da época de produção sobre um futuro próximo.

UMA REVISITA À *GUARAQUEÇABA, MAR E MATO À LUZ DA HISTÓRIA E CULTURA DA ALIMENTAÇÃO*

Aluna: Kellen Smak

Orientador: Prof. Carlos Roberto Antunes dos Santos

Palavras-chave: História da alimentação; Guaraqueçaba; História do Paraná.

O presente texto busca analisar, à luz da temática de história e cultura da alimentação, uma importante fonte da historiografia paranaense da década de 1970, a obra *Guaraqueçaba, mar e mato*¹, fruto de uma pesquisa etnográfica de fôlego feita no litoral paranaense por Júlio Alvar e Janine Alvar, com tradução da historiadora, professora Cecília Maria Westphalen, à época diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, instituição de ensino que publicou a obra em 1979.

O estudo da referida obra é uma maneira de revisita-la, trinta e dois anos depois, a partir de um viés inédito, considerando as contribuições entre história e antropologia, e de inseri-la no debate da história e cultura da alimentação, tema atual da historiografia, o que torna a pesquisa original e, portanto, relevante. Além disso, vale destacar que, na introdução de Cecília Maria Westphalen, é evidente a necessidade de abordagem da obra como ponto de partida para os mais diferentes estudos, já que, referindo-se aos autores ela afirma:

Finalmente desejam assinalar que a pesquisa continua em aberto e deverá constituir pontos de partida para outros trabalhos que, em suas especificidades, possam aprofundar as matérias aqui tratadas e, assim, chegar pela reflexão às teorias que podem emanar de fatos reais².

Portanto, o intuito do trabalho é exatamente partir da obra como fonte primária com a finalidade de tratar, especificamente, de seus aspectos alimentares.

É importante destacar que *Guaraqueçaba, mar e mato* é fruto de uma pesquisa datada historicamente. Trata-se de uma publicação que, praticamente esgota todos os aspectos culturais presentes na região de Guaraqueçaba. Porém a problemática deste trabalho consiste em observar em que medida os aspectos alimentares presentes na obra definem, de certa maneira, as formas de vida da população, delineando suas relações culturais e definindo os hábitos de seus habitantes: daí o diálogo entre algumas áreas do conhecimento, que possam oferecer outras riquezas de análises.

Três objetivos principais permeiam essa pesquisa: 1. a avaliação de quais são os principais gêneros alimentares produzidos no mar e no mato e suas importâncias na vida da população local; 2. a observação dos aspectos descritos por Alvar e Alvar que descrevem os hábitos alimentares da população; e 3. considerar em que medida esses hábitos alimentares se relacionam e se integram com os outros aspectos da vida da população de Guaraqueçaba e da região.

Inicialmente foi feita uma análise da formação do sistema agroalimentar paranaense observando as principais fases da economia local, sem desconsiderar em que medida o que Cecília Westphalen denomina de “interciclos”³ econômicos. Vale ressaltar que, dentre

¹ ALVAR, J.; ALVAR, J. *Guaraqueçaba; mar e mato*. Trad. WESTPHALEN, Cecília Maria. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes: 1979.

² Ibid., p. 1.

³ WESTPHALEN, C. M. As Farinhas de Paranaguá. In: *A Moderna História econômica*. Rio de Janeiro: APEC, 1976.

outras, as duas atividades econômicas de maior destaque no Paraná até o século XIX eram permeadas por gêneros alimentícios: a pecuária e o mate, ou seja, a produção agrícola do atual estado esteve, em geral, pautada pela produção de alimentos voltados, seja para a subsistência, seja para a exportação.

Indo ao encontro dessa análise a obra de Santos⁴ faz uma abordagem da história do Paraná desde o século XVI, ou seja, o início da colonização, até o começo do século XX. O início desse processo foi com a empresa de caça ao índio. O produto de exportação era a erva mate e a base da alimentação da população nas regiões era constituída basicamente por milho, mandioca e gado. A mão-de-obra que sustentava esse sistema era a escrava (indígena e negra), seguindo a lógica de trabalho de toda a sociedade colonial.

Posteriormente ao início da colonização a atividade explorada, sobretudo no litoral paranaense (região de Paranaguá), foi a mineração. Devido à distância em relação a São Paulo, muitos mineradores se viram obrigados a fixar residência no local, o que proporcionou a criação de povoados, mesmo anteriormente à fundação de vilas nas regiões⁵. Essa atividade contou com investimentos governamentais com o envio de técnicos e mineradores, além da construção de uma fundição para a cobrança do quinto. Após a decadência da mineração, diversas pessoas migraram para os campos de Curitiba com o intuito de cultivar a lavoura de subsistência e desenvolver a pecuária. A ocupação dos Campos Gerais é posterior à de Curitiba e, nesse sentido, Santos concorda com Pinheiro Machado⁶ quando afirma que ela teve início com os movimentos expansionistas irradiados a partir de Curitiba no fim do século XVIII e início do XIX. Assim cresce a demanda e, conseqüentemente, a importação de gêneros alimentícios. Com a pecuária e o tropeirismo, a criação de gado torna-se uma das principais atividades da região.

No Paraná do século XIX há duas áreas econômicas não integradas: a primeira que tem sua base na pecuária dos Campos Gerais e está, por sua vez, conectada à economia central do País; e a segunda, pautada na economia de subsistência localizada nas pequenas vilas do planalto e no litoral, cuja produção era limitada.

De acordo com Santos⁷ a constituição da comunidade paranaense se deu com bases em Paranaguá e Curitiba, tendo como centro a mineração, mas permaneceu isolada do restante da economia brasileira. Com a desagregação da economia mineradora, a comunidade passou a se dedicar à cultura de arroz e mandioca, gêneros que constituíam a base da alimentação no litoral e cujos poucos excedentes eram exportados. Já Curitiba dedicava-se à lavoura de subsistência e à pecuária, exigindo a fixação a terra. A partir de finais do século XVII e durante o século XVIII a pecuária paranaense experimentou grande expansão e foi a atividade responsável por integrar o Paraná à economia espacial brasileira e ao sistema de economia-mundo, de acordo com o autor⁸.

O litoral do Paraná nesse mesmo período, mais especificamente finais do século XVIII, tinha suas atividades concentradas sobretudo no setor primário com o cultivo de gêneros alimentícios voltados para a subsistência. De acordo com a professora Cecília Maria Westphalen no ano de 1798, um dos principais gêneros produzidos na região é a farinha de mandioca, base da alimentação da população litorânea. Em Antonina ela representava 37,70% do que era produzido na vila, e em Paranaguá a produção era de 36,65%, sendo superada apenas pelo peixe, responsável por 52,80% da produção⁹. Na

⁴ SANTOS, C. R. A. dos. *Vida material vida econômica*. Curitiba: SEED, 2001.

⁵ *Ibid.*, p. 22.

⁶ PINHEIRO MACHADO, B. Esboço de uma sinopse de história regional. *História, Questões & Debates*. Curitiba, v. 8, n. 14/15, jul.-dez. 1987.

⁷ SANTOS, C. R. A., op. cit., p. 24.

⁸ *Ibid.*, p. 25.

⁹ WESTPHALEN, C.M. Duas vilas paranaenses no final do séc. XVIII – Paranaguá e Antonina. *Boletim do departamento de história*. Curitiba, n.5, 1964.

relação produção/consumo citada pela autora, Paranaguá consumiu, no referido ano, 88% de toda sua produção, enquanto que em Antonina esse percentual foi de 68%.

A alimentação nessa duas vilas era comparativamente pouco diversificada, segundo a autora. Em Paranaguá ela constituía-se de “açúcar, aguardente, arroz, azeite de peixe, café, carne de gado vacum, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, milho, peixe, sal, toucinho e vinhos de Lisboa”¹⁰. Em Antonina, a única mudança observada é em virtude da ausência do peixe e seu azeite. Seguindo a lógica do sistema colonial escravista, em Paranaguá 20,53% da população era escrava e em Antonina, no mesmo ano de 1798, essa porcentagem era de 27%.

Em outro texto Westphalen ressalta a importância da farinha de mandioca para a vila de Paranaguá. Ela destaca que esse produto, além de ser a base da alimentação local, foi solicitado, em diversos momentos, para servir de suprimento para regiões que passavam por períodos de carestia, como a colônia de Sacramento, as tropas no sul e o Rio de Janeiro, quando da invasão pelos franceses. Devido à demanda pela exportação, em muitos momentos a Câmara Municipal de Paranaguá tentou impor medidas restritivas à exportação, alegando a situação de miséria de seus habitantes. Mesmo assim chega-se a impor que todos os moradores que possuíam terras plantassem mandioca para o fornecimento das farinhas. Essa situação modifica-se, de acordo com Westphalen, somente a partir do início das exportações de erva-mate para a região do Prata e do Chile¹¹.

Durante o século XIX a economia de exportação suplantou a economia de subsistência, havendo a coexistência das duas principais atividades econômicas do Paraná: a pecuária e o cultivo da erva-mate para exportação.

A produção de gêneros alimentícios perpassa toda a formação cultural e econômica do Paraná. Segundo Santos, os alimentos constituem categorias históricas “pois deve ser explicada a sua produção, circulação e consumo à luz dos níveis de desenvolvimento de uma determinada formação econômica e social. Daí o aperfeiçoamento das técnicas, da cultura e do sistema de consumo”¹². Com isso podemos apreender que a formação do sistema agroalimentar paranaense perpassa todo seu desenvolvimento econômico e social.

O estudo das relações existentes entre a sociedade e seus hábitos alimentares, mais precisamente os estudos acerca da história e cultura da alimentação garantindo um diálogo multi, inter e transdisciplinar, muito recentemente começou a tomar proporção nas discussões acadêmicas. De acordo com Santos

os estudos sobre a comida e a alimentação invadem as Ciências Humanas a partir da premissa de que a formação do gosto alimentar não se dá, exclusivamente, pelo seu aspecto nutricional, biológico. O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro¹³

Dessa forma faz-se necessário observar lugar da alimentação na história e perceber em que medida esse tipo de estudo pode auxiliar na compreensão das estruturas culturais de nossa sociedade. De acordo com Santos, a obra que abriu as portas para a alimentação na historiografia foi *A fisiologia do Gosto* de Brillat-Savarin¹⁴, um tratado de gastronomia.

¹⁰ Ibid., p. 15.

¹¹ WESTPHALEN, C. M. Op. cit., p. 74.

¹² SANTOS, C. R. A., Op. cit., p. 81.

¹³ _____. Por uma história da alimentação. *História, Questões & Debates*, Curitiba, n. 26-27, p. 154-171, 1997.

¹⁴ BRILLART-SAVARIN, A. *A fisiologia do gosto*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1989.

Porém, pode-se afirmar que foi a partir de estudos de Fernand Braudel que o assunto ganhou corpo na pesquisa histórica.

Em 1974 foi lançada no Brasil a coletânea *Faire de l'histoire* e no volume traduzido para o português como *História: Novos objetos* Jean Paul Aron contribui com um texto intitulado *A cozinha: um cardápio do século XIX*¹⁵ em que o autor trata a cozinha como um microcosmo da sociedade, analisando cardápios e documentos de gastos alimentares de hospitais na França do século XIX. O autor afirma que este objeto “é vivo, e no crescimento de sua vida própria é uma história total que se desenrola”¹⁶. Ele relaciona os gastos alimentares com a forte crise que aconteceu na França nesse mesmo período. Além disso, o autor observa os hábitos e preferências gastronômicas da população a partir da análise dos *menus* de alguns restaurantes da época.

Com isso podemos afirmar que o debate sugerido em torno de *Guaraqueçaba, mar e mato* se faz relevante. A revisita à obra com o objetivo de observar a alimentação e cultura, permite observar o reflexo de uma realidade observada pelos autores no momento de sua pesquisa.

É do mar e do mato na região que a população retira o que é necessário à sua sobrevivência. Mesmo anteriormente à pesquisa de Alvar e Alvar, José Carlos Veiga Lopes¹⁷, em seu estudo acerca da região do Superagüi destaca a produção de gêneros alimentícios como a principal atividade, desde o fundamento da colônia pelo suíço Charles Perret-Gentil em 1852. Vale destacar que o também suíço Willian Michaud deixa, em suas correspondências importantes relatos acerca da vida na região. Tanto para Lopes quanto para Alvar e Alvar, Michaud é uma figura emblemática para a compreensão da vida e da cultura em Guaraqueçaba.

Durante o período de sua permanência em Guaraqueçaba Alvar e Alvar destacam que, historicamente, esgotada a exploração do ouro no litoral, Guaraqueçaba passou a dedicar-se ao comércio de madeira e, posteriormente à agricultura. Os principais produtos eram gêneros alimentícios como arroz, banana, cana-de-açúcar, café e mandioca, além do pescado, abundante nas baías.

Vale destacar que os autores decidiram realizar seu estudo etnológico na região pelo fato de Guaraqueçaba ter permanecido isolada do restante do estado até a década de 1970, quando finalmente foi ligada à Morretes e conectada à BR-277 Paranaguá-Curitiba.

Nas cartas de Michaud, Alvar e Alvar citam as suas descrições acerca do que se fazia comum no cultivo e na alimentação do local, destacando as vinhas, o café, a cana-de-açúcar, a banana, a laranja e outras frutas, cultivados essencialmente para a subsistência de sua população.

Quando se observa mais atentamente a obra de Alvar e Alvar podemos observar que há uma clara separação no tipo da alimentação da população conforme a região de Guaraqueçaba. Os autores destacam que no sul, a maior parte de população, à época, dedica-se à pesca do camarão por ser uma atividade mais lucrativa para os habitantes. Isso se deve à proximidade da região com o mar aberto e pela necessidade de o pescado ser transportado todo em carrinhos de mão e algumas bicicletas por dezenas de quilômetros.

Ao norte da região, as atividades mudam e a agricultura adquire maior força, assim como na colônia do Superagüi, em que a distância em relação ao mar aberto é maior. Na ponta dos Barbados a atividade de maior importância é a agricultura familiar, com ênfase

¹⁵ ARON, J.P. A cozinha: um cardápio do século XIX. In: Le Goof J, Nora P. *História, Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

¹⁶ Ibid., p. 161.

¹⁷ LOPES, J. C. V. *Superagüi: informações históricas*. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

na subsistência. A laranja e o café, mencionados por Michaud, na década de 1970, segundo Alvar e Alvar, haviam desaparecido por completo¹⁸.

A estada dos pesquisadores na região permite observar de que maneira há uma permanência nos hábitos alimentares da sua população. Os gêneros alimentícios continuam a ser praticamente os mesmos desde a colonização da região, ou seja, o pescado, a mandioca e outros gêneros de primeira necessidade.

Pode-se supor essa permanência justamente pelo fato de a região ter permanecido isolada do restante do estado até a década de 1970. Esse fator é observado também por Mercer em seu estudo *Notas dialetológicas sobre Guaraqueçaba*¹⁹, em que o autor observa o que se conserva recorrente, desde o período colonial, na linguagem cotidiana da população.

Sob o aspecto alimentar Guaraqueçaba tem duas áreas bem definidas: o mar e o mato, que são os locais de onde é tirado o sustento da população. A formação alimentar no Paraná aconteceu com base no cultivo de gêneros de primeira necessidade. Isso foi corrente, conforme podemos observar nas fontes, tanto no litoral do Paraná, quanto nos planaltos.

Vale aqui levantar a questão de que ainda há poucos estudos acerca da formação agrícola no Paraná mesmo tendo sido ela determinante para a constituição sociocultural do estado. Observando isso sob um ponto de vista mais específico, ou seja, com base em *Guaraqueçaba, mar e mato* podemos ver que o cultivo dos gêneros de primeira necessidade, sua distribuição e consumo fizeram emergir uma sociedade simples, porém complexa culturalmente.

¹⁸ ALVAR, J; ALVAR, J. Op. cit. p. 25

¹⁹ MERCER, J. L. Notas dialetológicas sobre Guaraqueçaba. In: *Revista de Estudos Brasileiros*, Curitiba, v.2, n.3, 1977.